

**RESUMO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 18/2026**

I – FINALIDADE DA LICITAÇÃO/OBJETO:
REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO, SOB DEMANDA, DE ARTEFATOS DE CONCRETO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LAJEADO/RS.

II – REPARTIÇÃO INTERESSADA E SETOR:
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS - SEOB

III – NÚMERO DE ORDEM:
13971/2026

IV – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:
2025/50678

V – CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor Preço (X) Por Item
() Por ITEM
() Global

VI – MODO DE DISPUTA:
(x) Aberto
() Fechado
() Aberto e Fechado
() Fechado e Aberto

VII – ANEXOS DO EDITAL:
Anexo I: Estudo Técnico Preliminar;
Anexo II: Termo de Referência;
Anexo III: Modelo de Proposta de Preços;
Anexo IV: Modelos de Declarações:
Anexo IV-A: Declarações do art. 7º, XXXIII da CF/88 e de fato impeditivo de habilitação;
Anexo IV-B: Declaração para empresas enquadradas como microempresas ou empresas de pequeno porte;
Anexo V: Minuta da Ata de Registro de Preços

VIII – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
12 (doze) meses

IX – LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA INÍCIO DA LICITAÇÃO
Endereço Eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br
Período para Recebimento das Propostas: de 13/05/2026 às 09h00min até 25/05/2026 às 09h00min
Abertura das Propostas e Início da Disputa de Preços: 25/05/2026 às 09h01min

X – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Gestora	Fonte Recurso	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
SECRETARIA DE OBRAS E SERV.URBANOS	1751 - Rec da Contribuição Custeio Serv Iluminação Pública-COSIP	09.02.15.452.0005.2016 - Manutenção da Iluminação Pública	3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO

EDITAL DE LICITAÇÃO**PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N.º 18/2026**

O **MUNICÍPIO DE LAJEADO/RS**, CNPJ n.º 87.297.982/0001-03, com sede em Lajeado/RS, situada à rua Cel. Júlio May, 242, CEP 95900-178, torna público para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, através do portal www.portaldecompraspublicas.com.br, critério de julgamento menor preço (modo aberto), objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO, SOB DEMANDA, DE ARTEFATOS DE CONCRETO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LAJEADO/RS.**, conforme processo n.º **2025/50678**, regido pela Lei n.º 14.133/2021, Decretos Municipais n.º 13.286/23 e n.º 13.287/23, Portaria n.º 35.031/2025 e condições estabelecidas no presente edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente Licitação o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO, SOB DEMANDA, DE ARTEFATOS DE CONCRETO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LAJEADO/RS**, conforme especificações técnicas, condições e quantitativos constantes neste Edital e seus Anexos.

Nº	Descrição do item	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 200MM PS2-PB JR. CONFORME NBR 8890/2020.	1000	UND	R\$ 37,00	R\$ 37.000,00
2	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 300MM PS2-PB JR. CONFORME NBR 8890/2020.	1500	UND	R\$ 44,98	R\$ 67.470,00
3	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 300MM PA1 (ARMADO)-PB JR (ARMADO). Conforme NBR 8890/2020. IT 3	1125	UND	R\$ 92,92	R\$104.535,00
4	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 300MM PA1 (ARMADO)	375	UND	R\$ 92,92	R\$ 34.845,00
5	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 400MM PS2-PB JR. Conforme NBR 8890/2020.IT 4	13970	UND	R\$ 77,53	R\$ 1.083.094,10
6	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 400MM PS2-IT5	1030	UND	R\$ 77,53	R\$ 79.855,90
7	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 400MM PA1 (ARMADO)-PB JR	5275	UND	R\$ 110,25	R\$ 581.568,75

	(ARMADO). Conforme NBR 8890/2020.IT 6-110,25				
8	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 400MM PA1 (ARMADO)-it7	725	UND	R\$ 110,25	R\$ 79.931,25
9	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 500MM PS2-PB JR (ARMADO). Conforme NBR 8890/2020. 102,4100-IT 8	878	UND	R\$ 102,41	R\$ 89.915,98
10	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 500MM PS2	22	UND	R\$ 102,41	R\$ 2.253,02
11	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 500MM PA1-PB JR (ARMADO). Conforme NBR 8890/2020.	681	UND	R\$ 146,27	R\$ 99.609,87
12	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 500MM PA1 - PB JR (ARMADO). Conforme NBR 8890/2020	219	UND	R\$ 146,27	R\$ 32.033,13
13	TUBO DE CONCRETO 600MM-PS2 PB JR. Conforme NBR 8890/2020. IT 12	750	UND	R\$ 97,61	R\$ 73.207,50
14	TUBO DE CONCRETO 600MM	250	UND	R\$ 97,61	R\$ 24.402,50
15	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 600MM PA1 (ARMADO)-PB JR. Conforme NBR 8890/2020.	675	UND	R\$ 196,63	R\$ 132.725,25
16	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 600MM PA1 (ARMADO)	225	UND	R\$ 196,63	R\$ 44.241,75
17	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 800MM PA1 (ARMADO)-MF JR. Conforme NBR 8890/2020.	525	UND	R\$ 304,16	R\$ 159.684,00
18	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 800MM PA1 (ARMADO)	175	UND	R\$ 304,16	R\$ 53.228,00
19	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 800MM PA2 (ARMADO)-MF - JR - CONFORME NBR 8890/2020.	375	UND	R\$ 345,96	R\$ 129.735,00
20	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 800MM PA2 (ARMADO)	125	UND	R\$ 345,96	R\$ 43.245,00
21	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 1000MM PA1 (ARMADO)-MF - JR - CONFORME NBR 8890/2020.	300	UND	R\$ 487,69	R\$ 146.307,00

22	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 1000MM PA1 (ARMADO)	100	UND	R\$ 487,69	R\$ 48.769,00
23	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 1000MM PA2 (ARMADO)-(ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020.	225	UND	R\$ 536,62	R\$ 120.739,50
24	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 1000MM PA2 (ARMADO)	75	UND	R\$ 536,62	R\$ 40.246,50
25	TUBO DE CONCRETO 1000MMX1200MM PA1 (ARMADO)-MF JR. Conforme NBR 8890/2020.	225	UND	R\$ 620,00	R\$ 139.500,00
26	TUBO DE CONCRETO 1000MMX1200MM PA1 (ARMADO)	75	UND	R\$ 620,00	R\$ 46.500,00
27	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 1200MM PA2 (ARMADO)-MF JR. Conforme NBR 8890/2020.	150	UND	R\$ 626,67	R\$ 94.000,50
28	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 1200MM PA2 (ARMADO)-27	50	UND	R\$ 626,67	R\$ 31.333,50
29	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 1500MM PA1 (ARMADO)-MF JR. Conforme NBR 8890/2020.	188	UND	R\$ 892,63	R\$ 167.814,44
30	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 1500MM PA1 (ARMADO)	62	UND	R\$ 892,63	R\$ 55.343,06
31	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 1500MM PA2 (ARMADO)-MF JR. Conforme NBR 8890/2020.	75	UND	R\$ 980,33	R\$ 73.524,75
32	TUBO DE CONCRETO 1000MM X 1500MM PA2 (ARMADO)-MF JR. Conforme NBR 8890/2020.	25	UND	R\$ 980,33	R\$ 24.508,25
33	MEIO TUBO CONCRETO 1000MM X 200MM-32	100	UND	R\$ 23,33	R\$ 2.333,00
34	MEIO TUBO CONCRETO 1000MM X 300MM-IT 33	200	UND	R\$ 27,83	R\$ 5.566,00
35	MEIO TUBO CONCRETO 1000MM X 400MM-34	200	UND	R\$ 38,05	R\$ 7.610,00
36	MEIO TUBO CONCRETO 1000MM X 500MM-35	100	UND	R\$ 59,65	R\$ 5.965,00

37	MEIO TUBO CONCRETO 1000MM X 600MM-36	100	UND	R\$ 68,30	R\$ 6.830,00
38	MEIO TUBO CONCRETO 1000MM X 800MM-37	100	UND	R\$ 195,17	R\$ 19.517,00
39	POSTE DE CONCRETO 10 X 10 X 3M-38	500	UND	R\$ 112,20	R\$ 56.100,00
40	POSTE DE CONCRETO 9M-ARMADO DE SEÇÃO TIPO DUPLO T, EXTENSÃO DE 9,00 M, RESISTÊNCIA DE 600 DAN, TIPO B.	135	UND	R\$ 1.670,26	R\$ 225.485,10
41	POSTE DE CONCRETO 9M	45	UND	R\$ 1.670,26	R\$ 75.161,70
42	POSTE DE CONCRETO 7M-ARMADO DE SEÇÃO TIPO DUPLO T, EXTENSÃO DE 7,00 M, RESISTÊNCIA DE 600 DAN, TIPO B.	150	UND	R\$ 1.300,00	R\$ 195.000,00
43	POSTE DE CONCRETO 7M	50	UND	R\$ 1.300,00	R\$ 65.000,00
44	POSTE DE CONCRETO-ARMADO TRONCO CÔNICO 9,00 M, 600 DAN	54	UND	R\$ 2.467,59	R\$ 133.249,86
45	POSTE DE CONCRETO-44	16	UND	R\$ 2.467,59	R\$ 39.481,44
46	CORDÃO DE CONCRETO PRE-MOLDADO P/ MEIO FIO 100CM X 30CM X 12CM-RESISTÊNCIA CARACTERÍSTICA À COMPRESSÃO (FCK) DE 25 MPA. CONFORME ESPECIFICAÇÕES ABNT/NBR 7680-1:2015. RESISTÊNCIA 25 MPA.	17647	M	R\$ 33,57	R\$ 592.409,79
47	CORDÃO DE CONCRETO PRE-MOLDADO P/ MEIO FIO 100CM X 30CM X 12CM	2353	M	R\$ 33,57	R\$ 78.990,21
48	CORDÃO DE CONCRETO PRE-MOLDADO P/ MEIO FIO 100CM X 20CM X 12CM-RESISTÊNCIA CARACTERÍSTICA À COMPRESSÃO (FCK) DE 25	6750	M	R\$ 32,58	R\$ 219.915,00

	MPA. CONFORME ESPECIFICAÇÕES ABNT/NBR 7680-1:2015. RESISTÊNCIA 25 MPA.				
49	CORDÃO DE CONCRETO PRE-MOLDADO P/ MEIO FIO 100CM X 20CM X 12CM	2250	M	R\$ 32,58	R\$ 73.305,00
TOTAL					R\$ 5.743.086,60

1.2. O critério de julgamento adotado será o **“MENOR PREÇO POR ITEM”**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. A empresa que for declarada vencedora deverá apresentar cópia dos laudos ABNT indicados na descrição do item;

2. DOS ANEXOS

2.1. Integram o presente Edital, os seguintes Anexos:

Anexo I: Estudo Técnico Preliminar;

Anexo II: Termo de Referência;

Anexo III: Modelo de Proposta de Preços;

Anexo IV: Modelos de Declarações:

Anexo IV-A: Declarações do art. 7º, XXXIII da CF/88 e de fato impeditivo de habilitação;

Anexo IV-B: Declaração para empresas enquadradas como microempresas ou empresas de pequeno porte;

Anexo V: Minuta da Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Portal Pregão Online PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS – www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.1.1. Os licitantes deverão utilizar *login* e senha para acesso ao Sistema.

3.1.2. Caso não exista proposta apresentada para os itens reservados à participação exclusiva de microempresas ou empresas de pequeno porte, ao licitante classificado em primeiro lugar para o item de mesmo objeto será dada a oportunidade de, querendo, ampliar a sua cotação para atender a totalidade da demanda, mantendo o último lance ofertado.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006.

3.3. Não poderão concorrer neste Pregão os interessados:

3.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei n. 14.133/2021;

3.3.4. que se encontrem sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

3.3.4.1. no caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n. 11.101/05, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;

3.3.5. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.6. que sejam organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão n. 746/14-TCU-Plenário).

3.4. Nos termos do art. 4º, inc. III do Decreto Municipal n. 13.285/23, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de agente público atuante na área responsável pela demanda ou contratação; ou de autoridade hierarquicamente superior no âmbito da Administração.

3.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico:

3.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n. 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.5.1.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n. 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.5.2. que a licitante tem conhecimento e atende a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas neste edital;

3.5.3. que a licitante assume o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pela Administração Pública;

3.5.4. que os documentos anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização no ato da assinatura de ata de registro de preço, se for o caso, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, conforme a legislação aplicável, em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal;

3.5.5. que a licitante não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,

perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme previsto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal 14.133/2021 (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal);

3.5.6. que a licitante tem conhecimento acerca das condutas passíveis de penalidades elencadas no Edital, de acordo com a modalidade, e aquelas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, conforme legislação aplicável;

3.5.7. que até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua participação, salvo disposição extraordinária prevista em lei específica;

3.5.8. que a licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV);

3.5.9. que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

3.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA

a) Caso a parte interessada não possua cadastro, o mesmo deverá ser efetuado no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

4.2. O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Credenciamento Eletrônico.

a) É de responsabilidade exclusiva do usuário o sigilo da senha bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS ou ao Município de Lajeado a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

b) A perda da senha ou quebra do sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

c) É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame, cumprir as regras do presente Edital.

c.1) Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos

praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

c.2) Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

c.3) Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1. Até **3 dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

5.2. Os pedidos de impugnação e de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, **exclusivamente**, no Portal **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**: www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico responsável pela elaboração do Termo de Referência, decidir sobre a impugnação.

5.4. Caso procedente e acolhida a impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e, caso afete a formulação das propostas, nova data será designada pela Administração para a realização do certame.

5.5. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela área técnica e/ou jurídica.

5.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

5.7. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.1.1. **O licitante deverá fazer constar em campo próprio do sistema eletrônico a descrição detalhada do objeto ofertado.**

6.2. Conforme previsão do artigo 63, inciso II da Lei 14.133/21, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor.

6.3. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a data e horário estipulados para a abertura das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema.

6.5.1. Após a abertura das propostas, não caberá desistência dessas e os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade dos licitantes, não lhes assistindo direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, salvo por motivo justo e comprovado decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6.6. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante, ao inserir **O VALOR DE SUA PROPOSTA, PARA FINS DE DISPUTA**, preencherá no campo próprio do sistema eletrônico o **PREÇO UNITÁRIO DO ITEM**, expresso em reais, incluindo todos os custos necessários à execução do objeto, tais como impostos encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, emolumentos, taxas, seguros, insumos e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo direto ou indireto do objeto.

7.2. JÁ A PROPOSTA A SER ANEXADA NO SISTEMA APÓS A ETAPA DE LANCES deverá conter as informações indicadas abaixo:

7.2.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo representante legal do licitante.

7.2.2. ESPECIFICAÇÃO COMPLETA DO OBJETO OFERTADO, com marca, modelo e fabricante (se for o caso), observadas as exigências especificadas no Edital e seus Anexos.

7.2.3. VALOR UNITÁRIO E GLOBAL DO ITEM OFERTADO, conforme MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS constante no Anexo III deste Edital;

7.2.4. PRAZO DE ENTREGA, conforme especificado no Anexo II;

7.2.5. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA, de no mínimo 60 dias;

7.2.6. Conter indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

7.2.7. Cópia dos laudos técnicos: dos tubos de concreto conforme NBR 8890/2018; e para os cordões de concreto para meio-fio NBR 7680/2015.

7.3. Caso o prazo de entrega, validade da proposta e prazo de garantia não forem expressamente indicados na proposta eletrônica, será considerado como aceito, para efeito de julgamento, aqueles indicados acima.

7.3.1. Caso seja informado prazo em desacordo com o mínimo estipulado, será facultada ao Pregoeiro a realização de diligências, e, não sendo ajustado o prazo pelo licitante, a proposta será desclassificada.

7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.6. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do objeto e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

7.7. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, bem como as que apresentem omissões ou irregularidades insanáveis.

7.8. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar, por meio de diligência, eventuais ausências de informações, erros ou falhas, que não alterem a substância das propostas, dúvidas acerca da exequibilidade da proposta, bem como documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.1. As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando na sessão pública do Pregão até que esteja encerrada a fase de lances, sob pena de serem desclassificadas da disputa.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance com percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **0,50%**.

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.14. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.14.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado do órgão;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n. 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.14.2. Persistindo o empate, será realizado sorteio.

8.14.3. As regras previstas no caput deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após decorrido o prazo informado aos participantes no sistema.

8.18. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC n. 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 2015.

8.20.1. Caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n° 123, de 2006, **o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal, Estaduais e Municipais**, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3°, inciso II, da Lei Complementar n° 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3°, § 2°, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

8.20.2. A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3°, §§ 9°-A e 12, da Lei Complementar n° 123, de 2006.

8.20.3. Outrossim, a Consulta nos Portais de Transparência poderá apurar ainda se houve contratação com a Administração Pública no ano corrente que extrapolem os limites de enquadramento de empresas de pequeno porte, conforme previsto no art. 4º da Lei nº 14.133/21.

8.20.4. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, o Pregoeiro deverá indeferir a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a conseqüente recusa do lance de desempate, sem prejuízo das penalidades incidentes (Acórdão n. 1.793/11-TCU-Plenário), bem como, encaminhará abertura de processo sancionador para aplicação de sanção de Declaração de Inidoneidade por tentativa do licitante fraudar a licitação.

8.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.25.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A PROPOSTA FINAL DO LICITANTE DEVERÁ SER ENCAMINHADA NO PRAZO DE 2 HORAS, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá conter as informações exigidas no subitem 7.2.

9.2. A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do objeto e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional.

9.4. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.5. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis no sistema, após a homologação.

9.6 A proposta final deverá estar acompanhada dos laudos requisitados conforme Termo de Referência.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto na Lei n. 14.133/21.

10.1.1 - A aceitabilidade da proposta está condicionada a apresentação dos laudos indicados no Termo de Referência.

10.2. Caso o Pregoeiro entenda que o preço apresentado seja inexequível, ele notificará o arrematante, via sistema, para que comprove em 48 horas, que o seu preço é exequível, sob pena de desclassificação.

10.2.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam o pedido.

10.3. Em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Pregoeiro poderá solicitar dos licitantes quaisquer outras informações que julgar pertinentes para o perfeito conhecimento e julgamento das propostas, conforme §2º do art. 59 da Lei n. 14.133/21, que deverão ser enviadas, no prazo estipulado, por meio de sistema, preferencialmente, sob pena de desclassificação das propostas.

10.5. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta, o Pregoeiro poderá suspender o pregão e marcar nova data para sua continuidade, sempre intimando todos os participantes via sistema eletrônico.

10.6. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

10.6.1. contiver vícios insanáveis;

10.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital e seus anexos;

10.6.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

10.6.4. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que seja insanável.

10.7. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à

proposta mais bem classificada.

10.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema e a ocorrência será registrada em ata.

10.10. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, sob pena de desclassificação.

10.10.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos, ficha técnica ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.11. A proposta do licitante deverá considerar todos os custos e a margem de lucro pretendida.

10.12. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.13. Erros no preenchimento da proposta não são motivos suficientes para a desclassificação desta, quando esta puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que a proposta é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

10.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.16. Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.16.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

11.1. Encerrado o julgamento das propostas, **O LICITANTE CLASSIFICADO EM PRIMEIRO LUGAR, DEVERÁ ENCAMINHAR OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA HABILITAÇÃO POR MEIO DO SISTEMA, EM FORMATO DIGITAL, NO PRAZO DE 2 HORAS, contado da solicitação do Pregoeiro.**

11.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.2.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

11.2.2. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU, bem como o Cadastro semelhante mantido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE/RS.

11.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

11.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n. 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.3.1. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4. Na hipótese de constatação de impedimento indireto, o licitante será, em observância ao princípio do contraditório e da ampla defesa, convocado para se manifestar para que o Pregoeiro possa analisar se a criação ou uso da pessoa jurídica licitante teve o intuito de burlar a pena administrativa anteriormente aplicada à empresa distinta.

11.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.4.2. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos em Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica, conforme o disposto neste Edital.

11.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 horas úteis**, sob pena de inabilitação.

11.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, conforme inciso I, do art. 70 da Lei 14.133/21.

11.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.10. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

11.11. Habilitação jurídica:

11.11.1. Registro de empresário individual ou microempreendedor individual, ou; Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, e; decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.11.2. O licitante que, durante a fase de apresentação de proposta e/ou fase de lances, usufruiu dos benefícios concedidos pela LC 123/2006 (ME/EPP) deverá, ainda, apresentar **Certidão da Junta Comercial de Enquadramento de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte**, ou **declaração nos termos do Anexo IV-B** de que a licitante ostenta esta condição, devendo ambas serem firmadas no corrente ano.

11.12. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

11.12.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

11.12.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n. 1.751/14, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.12.3. Prova de regularidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.12.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, CNDT;

11.12.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.12.6. Prova de regularidade com a **Fazenda ESTADUAL e MUNICIPAL** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.12.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais ou estaduais relacionados ao objeto licitatório, havendo impossibilidade de emissão de “Certidão de Regularidade Fiscal”, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal ou Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.12.8. DECLARAÇÃO, nos termos do ANEXO IV-A:

11.12.9. DECLARAÇÃO, nos termos do ANEXO IV-B para usufruir dos benefícios destinados às MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

11.13. Qualificação Técnica:

11.13.1. Certidão de Registro da empresa fabricante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;

11.13.2. Comprovação de disponibilidade de responsável técnico habilitado da empresa fabricante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, podendo comprovar por meio de:

11.13.2.1. carteira de trabalho demonstrando o vínculo empregatício entre o proponente (licitante) e o responsável técnico; ou

11.13.2.2. contrato social, de ato constitutivo ou estatuto, devidamente registrado no órgão competente, no caso de vínculo societário; ou

11.13.2.2. no caso de relação contratual, cópia autenticada do contrato entre a licitante e o profissional, devidamente assinado pelo representante legal da empresa e pelo profissional.

11.13.3. Licença de Operação (LO) da empresa fabricante, para a execução de atividade pertinente ao objeto desta licitação, expedida por órgão ambiental competente, em vigor.

11.14. A administração não admitirá declarações, a qualquer tempo, de desconhecimento de fatos e aspectos que dificultem ou impossibilitem a execução total ou parcial dos serviços.

11.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

11.15.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

11.15.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das posturas.

11.16. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar, por meio de diligência, erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.17. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.18. A não-regularização fiscal, social e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.19. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade dessa.

11.20. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, **EM ATÉ 30 MINUTOS**, manifestar sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

12.1.1. A falta de manifestação da intenção de interpor recurso, na forma e prazo estipulado, implicará na preclusão do direito de recurso, permitindo ao Pregoeiro adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a presença dos REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará os requisitos de admissibilidade, quais sejam:

- a) sucumbência;
- b) tempestividade;
- c) legitimidade;
- d) interesse;

12.2.2. Uma vez admitida a intenção de recurso, o recorrente terá, a partir de então, **o prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação**, que se dará através do sistema, para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo,

intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias úteis**, que começarão a contar da intimação do Pregoeiro, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2.3. A apreciação dar-se-á em fase única.

12.3. Após o prazo de recebimento das razões e contrarrazões, o Pregoeiro analisará e reconsiderando ou não sua decisão de forma fundamentada, encaminhará os autos devidamente instruídos, no prazo de até **3 (três) dias úteis** à Autoridade Superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, podendo ser solicitado pelo e-mail procuradoria.licitacao@lajeado.rs.gov.br.

12.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a ARP, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, § 1º da LC 123/06. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a sessão reaberta, por meio do sistema eletrônico (“chat”), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14. DO CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES

14.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

14.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

14.2. Será incluído, na Ata de Registro de Preços, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, nos termos do inciso VII, do artigo 82 da Lei 14.133/2021.

14.2.1. O registro tem por objetivo suprir a demanda no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no art. 16 do Decreto Municipal nº 13.287/23.

14.2.2. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata será respeitada nas contratações.

14.3. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o subitem 14.2 deste item, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

14.4. A habilitação dos fornecedores que comporão o Cadastro de Reserva, será efetuada nas condições previstas no item 11 do Edital e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas no art. 16 do Decreto Municipal nº 13.287/23.

14.5. Os licitantes registrados no Cadastro de Reserva, que se recusarem a manter a proposta ofertada, estarão sujeitos às penalidades constantes do subitem 21.1.2 do item 21 deste Edital.

15. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será **adjudicado** ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Superior.

15.2. A autoridade competente **homologará** o procedimento licitatório.

15.3. Após a homologação da licitação, será lavrada Ata de Registro de Preço, com vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada e renovada a quantidade dos itens originalmente registrados, conforme o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 18, caput, do Decreto Municipal nº 13.287/2023, por igual período.

16. OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

16.1. Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de até **5 dias úteis**, contados a partir de sua convocação, a qual se dará via e-mail, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

16.1.1. O prazo previsto para assinatura da ARP poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado formalmente pela Adjudicatária e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

16.1.2. A assinatura da ARP poderá se dar por meio de certificado digital, conforme instruções contidas no e-mail de convocação, arcando a signatária com os custos inerentes a sua certificação.

16.2. Por ocasião da assinatura da ARP, verificar-se-á, se a Adjudicatária mantém as condições de habilitação.

16.3. Na hipótese de irregularidade, a Adjudicatária deverá regularizar a situação no prazo de até 05 dias, sob pena de aplicação da sanção do subitem 21.1.1.

16.4. O não comparecimento no prazo da convocação, a não assinatura da ARP, ainda que de forma parcial, acarretará a imediata perda do direito de contratar, sem prejuízo das sanções do subitem 21.1.3, salvo em face de motivo de força maior, devidamente justificado, comprovado e aceito pela Administração.

16.5 Quando a Adjudicatária convocada não assinar a ARP e nas condições estabelecidas, poderá ser convocado outro licitante para fazê-lo, nas condições propostas pelo licitante vencedor, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação, conforme estabelece o § 2º do art. 90 da Lei 14.133/21.

16.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 16.5, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, poderá:

16.6.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

16.6.2. adjudicar e celebrar a ARP nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização são as estabelecidas no Anexo V.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA SIGNATÁRIA/CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Signatária/Contratada são as estabelecidas no Anexo V.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas na Ata de Registro de Preços (Anexo V).

20. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

20.1. Os critérios de reajuste são os estabelecidos na Ata de Registro de Preços (Anexo V).

21. DAS SANÇÕES

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que:

21.1.1. deixar de entregar documentação exigida para o certame;

21.1.1.1. pena: **impedimento de licitar e contratar** com o Município de Lajeado pelo período de **6 (seis) meses**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.1.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.1.2.1. pena: **impedimento de licitar e contratar** com o Município de Lajeado pelo período de **6 (seis) meses**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.3.1. pena: **impedimento de licitar e contratar** com o Município de Lajeado pelo período de **12 (doze) meses**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o pregão eletrônico;

21.1.4.1. pena: **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de **36 (trinta e seis) meses**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.1.5. fraudar o pregão eletrônico ou praticar ato fraudulento na execução do objeto;

21.1.5.1. pena: **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de **36 (trinta e seis) meses**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.6.1. pena: **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de **36 (trinta e seis) meses**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

21.1.7.1. pena: **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de **48 (quarenta e oito) meses**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013;

21.1.8.1. pena: **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de **60 (sessenta) meses**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.2. Além das penalidades previstas acima, os licitantes ficarão sujeitos, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.2.1. Multa de 10% sobre o valor anual estimado da contratação, por qualquer das infrações dos subitens **21.1.1 a 21.1.8**;

21.2.2. demais penalidades referidas no Título IV da Lei n. 14.133/2021, no que couber.

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

21.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

21.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

21.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

21.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

21.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4. Caso o licitante não pague a multa aplicada e as indenizações cabíveis no prazo previsto, o valor será descontado da garantia prestada, se houver, dos créditos que tem a receber ou cobrado judicialmente.

21.5. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n. 14.133, de 2021.

21.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Anexo V.

22. DA GARANTIA CONTRATUAL

22.1. Não haverá exigência de garantia contratual para a presente contratação.

23. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

23.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização são os estabelecidos no Anexo V.

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. Ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior é facultado, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

24.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital considerar-se-ão:

24.2.1. Salvo ressalva expressa, todos os horários estabelecidos neste Edital observarão o horário de Brasília (DF).

24.2.2. Salvo ressalva expressa, todos os prazos em dias estabelecidos neste Edital serão consecutivos.

24.2.3. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis (de expediente no Município de Lajeado).

24.2.4. Excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

24.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.4. Será permitida a subcontratação apenas da entrega do material, sendo expressamente vedada qualquer outra subcontratação de serviços.

24.5. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, as alterações que se fizerem necessárias, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/21.

24.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e do interesse público.

24.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.9. A presente licitação poderá ser revogada por motivo de conveniência e oportunidade, ou anulada, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável, nos termos do art. 71 da Lei 14.133/21.

24.10. Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital será divulgado no portal do Município de Lajeado (www.lajeado.rs.gov.br), no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (www.pncp.gov.br), no Diário Oficial do Município e no Portal do Licitacon, mantido pelo TCE/RS(www.tce.rs.gov.br).

24.11. As questões decorrentes do presente instrumento, que não dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Lajeado/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Lajeado, 08 de maio de 2026.



Gláucia Schumacher
Prefeita

Natanael Zanatta
Procurador-Geral
OAB/RS 73.302



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Adquirir artefatos para a recuperação e conservação de estradas e vias municipais, prédios, e espaços públicos onde ocorrer a necessidade de implantação, manutenção ou melhorias na drenagem pluvial (tubos de concreto), ou da iluminação pública (postes de iluminação), e ainda, de cercamento e iluminação de parques, praças ou campos municipais (postes de alambrado ou de iluminação).

2. ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO ANTERIOR

Em anos anteriores, foram realizados registros de preços para a aquisição sob demanda de artefatos de concreto, assegurando a execução de serviços de adequação, manutenção e recuperação dos espaços públicos que com a utilização, ação do tempo, e crescimento demográfico geram desgastes, e demandam constantes reparos e adequações.

Considerando o custo do material, e o objetivo de aumentar a competitividade e a economicidade, foi importante manter registro de preços válido em anos anteriores.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO OU CONTRATAÇÃO

A aquisição de artefatos de concreto é essencial para garantir a execução contínua de obras e serviços de infraestrutura urbana, especialmente nas atividades de manutenção, recuperação e melhoria de vias públicas, sistemas de drenagem e demais espaços municipais. Esses materiais são amplamente utilizados em intervenções que envolvem a instalação ou substituição de dispositivos de drenagem (como tubos e bocas de lobo), contenção e proteção de áreas públicas, além de compor estruturas fundamentais para a segurança, acessibilidade e funcionalidade dos ambientes urbanos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Contratar empresa(s) qualificada(s) para fornecer diversos artefatos de concreto/cimento de acordo com as normas técnicas aplicáveis quando apontadas nos respectivos itens.

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES EXISTENTES E VIABILIDADE DE MERCADO, ECONÔMICA E OPERACIONAL

a) Solução 1 - Adquirir os itens necessários de acordo com a demanda, através de Registro de Preços válido para a adequação, manutenção e recuperação dos espaços públicos.



a.1) Viabilidade de mercado: O levantamento realizado demonstrou que a região conta com diversas empresas aptas a produzir e comercializar artefatos de concreto, garantindo oferta suficiente e competitiva para atender às necessidades da Administração.

a.2) Viabilidade econômica: Nesta alternativa, o pagamento é efetuado apenas pelos materiais efetivamente adquiridos, permitindo ajustar as quantidades conforme a demanda real e o planejamento das ações de manutenção e reparo no período.

a.3) Viabilidade operacional: A SEOB dispõe de equipe própria qualificada para executar os serviços de reparo, manutenção e adequação, bem como empresas terceirizadas contratadas para atender demandas que excedam a capacidade operacional interna, assegurando plena viabilidade de execução.

b) Solução 2 - Contratar empresa para executar as obras com o fornecimento de material.

b.1) Viabilidade de mercado: Embora existam empresas de engenharia habilitadas para este tipo de serviço, observa-se que, em obras de menor porte, a participação e competitividade do mercado tendem a ser reduzidas.

b.2) Viabilidade econômica: Nessa alternativa, o pagamento é realizado pelo serviço completo, englobando fornecimento de materiais, transporte, maquinário, ferramentas e mão de obra, o que pode elevar o custo final da contratação.

b.3) Viabilidade operacional: A execução de todas as obras seria integralmente terceirizada, abrangendo materiais, serviços e atividades correlatas, reduzindo a autonomia operacional da Administração e aumentando a dependência de fornecedores externos.

5. ANÁLISE E COMPARAÇÃO DAS SOLUÇÕES EXISTENTES E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ELEITA DE ACORDO COM A VIABILIDADE DE MERCADO, ECONÔMICA E OPERACIONAL.

A demanda por artefatos de concreto é recorrente e imprevisível, uma vez que está diretamente relacionada ao desgaste natural causado pela ação do tempo, às intempéries climáticas, ao aumento do fluxo populacional e viário, bem como a danos ocasionados pelo uso cotidiano. A falta desses materiais comprometeria a capacidade de resposta rápida da Administração diante de emergências e necessidades de manutenção, podendo acarretar riscos à população, prejuízos ao patrimônio público e interrupções de serviços essenciais.

Adicionalmente, a aquisição planejada e padronizada desses itens, por meio de procedimento competitivo, contribui para maior economicidade, melhor gestão orçamentária e



garantia de fornecimento contínuo, evitando contratações emergenciais e custos elevados. Dessa forma, analisando a demanda deste ETP, considerou-se viável encaminhar a licitação de acordo com a solução 1, para registro de preços dos itens e posterior aquisição sob demanda. A presente contratação se justifica como medida necessária para assegurar a adequada conservação da infraestrutura municipal e a prestação eficiente dos serviços públicos.

Verificou-se que, apesar da Solução 2 apresentar maior praticidade por concentrar a execução dos serviços em empresa contratada, essa alternativa tende a elevar os custos e prolongar os processos de contratação. Ressalta-se que as secretarias municipais dispõem de servidores capacitados para realizar serviços e reparos de menor complexidade, o que torna desnecessário terceirizar integralmente essas atividades.

Diante disso, considerou-se mais vantajoso manter um Registro de Preços vigente para a aquisição sob demanda de artefatos de concreto/cimento, garantindo a reposição contínua desses materiais e a manutenção de estoques mínimos capazes de atender prontamente às demandas emergenciais do cotidiano.

6. DESCRIÇÃO DETALHADA DO PRODUTO E/OU SERVIÇO

1.	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 200 mm PS2 PB JR. Conforme NBR 8890/2020.
2.	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 300 mm PS2 PB JR. Conforme NBR 8890/2020.
3.	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 300 mm PA1 PB JR (ARMADO). Conforme NBR 8890/2020.
4.	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 400 mm PS2 PB JR. Conforme NBR 8890/2020.
5.	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 400 mm PA1 PB JR (ARMADO). Conforme NBR 8890/2020.
6.	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 500 mm PS2 PB JR. Conforme NBR 8890/2020.
7.	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 500 mm PA1 (ARMADO) PB JR. Conforme NBR 8890/2020.



8.	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 600 mm PS2 PB JR. Conforme NBR 8890/2020.
9.	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 600 mm PA1 (ARMADO) PB JR. Conforme NBR 8890/2020.
10.	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 800 mm PA1 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020.
11.	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 800 mm PA2 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020.
12.	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1000 mm PA1 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020.
13.	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1000 mm PA2 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020.
14.	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1200 mm PA1 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020.
15.	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1200 mm PA2 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020.
16.	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1500 mm PA1 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020.
17.	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1500 mm PA2 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020.
18.	MEIO TUBO (CALHA) CONCRETO 1000 mm X 200 mm
19.	MEIO TUBO (CALHA) CONCRETO 1000 mm X 300 mm
20.	MEIO TUBO (CALHA) CONCRETO 1000 mm X 400 mm
21.	MEIO TUBO (CALHA) CONCRETO 1000 mm X 500 mm
22.	MEIO TUBO (CALHA) CONCRETO 1000 mm X 600 mm



23.	MEIO TUBO (CALHA) CONCRETO 1000 mm X 800 mm
24.	POSTE DE CONCRETO PARA ALAMBRADO 10 CM X 10 CM X 3,0 M
25.	POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SEÇÃO TIPO DUPLO T, EXTENSÃO DE 9,00 M, RESISTÊNCIA DE 600 DAN, TIPO B.
26.	POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SEÇÃO TIPO DUPLO T, EXTENSÃO DE 7,00 M, RESISTÊNCIA DE 600 DAN, TIPO B.
27.	POSTE DE CONCRETO TRONCO CÔNICO 9,00 M, 600 DAN
28.	CORDÃO DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO P/MEIO-FIO 100 CM X 30 CM X 12 CM. CONFORME ESPECIFICAÇÕES ABNT/NBR 7680-1:2015.
29.	CORDÃO DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO P/MEIO-FIO 100 CM X 20 CM X 12 CM. CONFORME ESPECIFICAÇÕES ABNT/NBR 7680-1:2015.

7. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nas informações levantadas ao longo do ETP, declaramos a viabilidade de contratação da solução 1: aquisição sob demanda, dos materiais por meio de registro de preços.

Realizadas as tarefas pertinentes ao ETP, encaminho o documento solicitando ciência e aprovação para posterior elaboração do TR/PB.

Lajeado, 26 de novembro de 2025.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO /Rosilene Schmitz

SECRETÁRIA RESPONSÁVEL/Elisete Alves Da Silva Mayer

Secretária de Obras – Port. 34.648/2025



TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO, SOB DEMANDA, DE ARTEFATOS DE CONCRETO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LAJEADO/RS**: estudo técnico preliminar, condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.

Item	Quantidade	Unidade de Medida	Descrição / Especificação
1.	1.000	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 200 mm PS2 PB JR. Conforme NBR 8890/2020.
2.	1.500	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 300 mm PS2 PB JR. Conforme NBR 8890/2020.
3.	1.500	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 300 mm PA1 PB JR (ARMADO). Conforme NBR 8890/2020.
4.	15.000	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 400 mm PS2 PB JR. Conforme NBR 8890/2020.
5.	6.000	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 400 mm PA1 PB JR (ARMADO). Conforme NBR 8890/2020.
6.	900	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 500 mm PS2 PB JR. Conforme NBR 8890/2020.
7.	900	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 500 mm PA1 (ARMADO) PB JR. Conforme NBR 8890/2020.
8.	1.000	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 600 mm PS2 PB JR. Conforme NBR 8890/2020.



9.	900	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 600 mm PA1 (ARMADO) PB JR. Conforme NBR 8890/2020.
10.	700	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 800 mm PA1 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020.
11.	500	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 800 mm PA2 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020.
12.	400	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1000 mm PA1 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020.
13.	300	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1000 mm PA2 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020.
14.	300	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1200 mm PA1 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020.
15.	200	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1200 mm PA2 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020.
16.	250	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1500 mm PA1 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020.
17.	100	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1500 mm PA2 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020.
18.	100	und	MEIO TUBO (CALHA) CONCRETO 1000 mm X 200 mm
19.	200	und	MEIO TUBO (CALHA) CONCRETO 1000 mm X 300 mm
20.	200	und	MEIO TUBO (CALHA) CONCRETO 1000 mm X 400 mm
21.	100	und	MEIO TUBO (CALHA) CONCRETO 1000 mm X 500 mm
22.	100	und	MEIO TUBO (CALHA) CONCRETO 1000 mm X 600 mm
23.	100	und	MEIO TUBO (CALHA) CONCRETO 1000 mm X 800 mm



24.	500	und	POSTE DE CONCRETO PARA ALAMBRADO 10 CM X10 CM X 3,0 M
25.	180	und	POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SEÇÃO TIPO DUPLO T, EXTENSÃO DE 9,00 M, RESISTÊNCIA DE 600 DAN, TIPO B.
26.	200	und	POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SEÇÃO TIPO DUPLO T, EXTENSÃO DE 7,00 M, RESISTÊNCIA DE 600 DAN, TIPO B.
27.	70	und	POSTE DE CONCRETO TRONCO CÔNICO 9,00 M, 600 DAN
28.	20.000	m	CORDÃO DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO P/MEIO-FIO 100 CM X 30 CM X 12 CM, RESISTÊNCIA CARACTERÍSTICA À COMPRESSÃO (FCK) DE 25 MPA. CONFORME ESPECIFICAÇÕES ABNT/NBR 7680-1:2015. RESISTÊNCIA 25 MPA.
29.	9.000	m	CORDÃO DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO P/MEIO-FIO 100 CM X 20 CM X 12 CM, RESISTÊNCIA CARACTERÍSTICA À COMPRESSÃO (FCK) DE 25 MPA. CONFORME ESPECIFICAÇÕES ABNT/NBR 7680-1:2015. RESISTÊNCIA 25 MPA.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses, prorrogável na forma do art. 84, da Lei nº 14.133/2021 por até 1 (um) ano.

2.2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, conforme art. 105, da Lei nº 14.133/2021.



2.3. Decorridos 30 (trinta) dias do encerramento de vigência da Ata de Registro de Preços as notas de empenho vinculadas a ela serão imediatamente anuladas.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

3.1. Os bens a serem contratados enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do inciso XIII, art. 6º da Lei n.º 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

CAPÍTULO II DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação por meio de registro de preços para o fornecimento sob demanda, de artefatos de concreto para as diversas secretarias municipais, é imprescindível considerando a ampla utilização dos materiais nas atividades de manutenção de estradas e vias urbanas e rurais, na pavimentação de vias, inclusive pelo sistema comunitário, na construção, ampliação e manutenção de parques, praças, campos municipais, escolas e demais imóveis municipais.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. As secretarias poderão adquirir os materiais mediante prévia nota de empenho e, sempre que necessário, entrar em contato com a empresa detentora dos itens para solicitar a entrega da quantidade conforme a demanda de obras em andamento ou programadas. No ato do recebimento de cada carga, será devolvido ao transportador o canhoto da nota fiscal, devidamente datado e assinado pelo servidor responsável pela conferência e recebimento do material.

5.2. A aquisição dos materiais ocorrerá de forma fracionada, conforme a necessidade dos órgãos municipais. Os quantitativos apresentados possuem caráter estimado e não serão necessariamente solicitados em sua totalidade, servindo apenas como referência para o registro e para a posterior convocação da empresa visando à assinatura da Ata de Registro de Preços, não constituindo garantia de faturamento.



6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. O objeto deverá ser entregue após a emissão da Nota de Empenho e contato do gestor da ata de registro de preços, que informará a **quantidade parcial** relativa ao empenho a ser recebida e o local de entrega. **A entrega e descarga será às expensas da detentora, inclusive com o pessoal para descarregamento do material.**

6.2. A licitante será responsável pelos encargos sociais, taxas, encargos ou tributos, alvarás e qualquer outra despesa que vier a incidir sobre o fornecimento do item, bem como qualquer responsabilidade de vínculo empregatício e obrigações previdenciárias, referente ao pessoal utilizado para esta finalidade, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal decorrentes dos serviços de qualquer tipo de demanda, devendo atender o disposto na legislação trabalhista e previdenciária.

6.3. A licitante deverá assumir o compromisso formal de executar todas as tarefas objeto do presente certame com perfeição e acuidade, mobilizando, para tanto, profissionais capacitados e submetidos a prévio treinamento, conforme normas de segurança do trabalho. Todo pessoal deverá estar munido de equipamentos de proteção individual, bem como acessórios de segurança para o desempenho de suas tarefas.

6.4. Devem ser prestados todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO DE LAJEADO/RS e suas reclamações devem ser atendidas prontamente, mantendo a disposição contato telefônico atualizado do preposto da empresa, em horário comercial.

6.5. Faz parte integrante do objeto os veículos, combustíveis, equipamentos, ferramentas e materiais a serem utilizados, não relacionados acima, a mão de obra e utensílios necessários à entrega dos itens quando solicitados pelos diversos locais de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Lajeado, seguros de responsabilidade civil que cubram danos pessoais e materiais a terceiros e ao Município de Lajeado/RS e, ainda, o seguro do pessoal utilizado no serviço, contra riscos de acidente de trabalho e o cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõe ao empregador, sem quaisquer ônus ou solidariedade por parte do Município de Lajeado/RS.

6.6. Durante a vigência do Registro de Preços, deverão ser mantidas as obrigações assumidas, as condições básicas de habilitação e qualificação exigidas pelo presente certame.

6.7. É necessário apresentar:



- a) Cópia da Licença de Operação (LO) da empresa fabricante, para a execução de atividade pertinente ao objeto desta licitação, expedida por órgão ambiental competente, em vigor;
- b) Cópia da Certidão de Registro da empresa fabricante no Conselho profissional competente;
- c) Comprovação de disponibilidade de responsável técnico habilitado da empresa fabricante no Conselho profissional competente;
- d) Cópia dos laudos técnicos: dos tubos de concreto conforme NBR 8890/2020; e para os cordões de concreto para meio-fio NBR 7680/2015.

CAPÍTULO III

DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7. DESCRIÇÃO DO RECEBIMENTO

7.1. Após a emissão da Nota de Empenho que normalmente será emitida por estimativa para determinado período, não implicando na solicitação dos materiais de uma só vez, a secretaria requisitante, representada pelo gestor da Ata de Registro de Preços ou fiscal designado, contatará a detentora do item, preferencialmente através de e-mail, informando o número do empenho, os endereços de entrega e os quantitativos a serem fornecidos. Compete à contratada o controle das entregas realizadas, de modo a não extrapolar as quantidades solicitadas nem deixar de atender ao que foi demandado;

7.2. O material empenhado poderá ser solicitado de forma parcial e para diferentes endereços, de acordo com a demanda de cada obra municipal;

7.3. A empresa vencedora deverá possuir capacidade operacional para realizar as entregas do objeto licitado em todos os dias úteis do mês, podendo haver necessidade de fornecimento extraordinário em finais de semana e feriados. O não atendimento poderá acarretar aplicação de sanções;

7.4. Os materiais poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, quando em desacordo com as especificações deste Termo de Referência e na proposta apresentada. Nesses casos, a contratada deverá providenciar sua substituição no prazo de 01 (um) dia, a contar da notificação, às suas expensas e sem prejuízo das penalidades cabíveis;



7.5. A empresa detentora dos itens deverá realizar, sem ônus ao Município, testes de resistência nos artefatos de cimento entregues sempre que solicitado por algum órgão municipal, para fins de verificação do atendimento às características e resistências exigidas.

8. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. Os materiais deverão ser entregues e descarregados às expensas das empresas detentoras de cada item, conforme solicitação formalizada através de e-mail, quando será informado o número do empenho, a quantidade parcial a ser recebida e o local de entrega. O material empenhado poderá ser solicitado de forma parcial e em diferentes endereços, de acordo com a demanda de cada obra.

8.2. O prazo para o recebimento dos materiais será de no máximo 7 (sete) dias. Para os postes para iluminação pública serão considerados como prazo de entrega 20 (vinte) dias corridos, devido à necessidade de cura do material.

8.3. LOCAL

Os itens que compõe o objeto deste certame poderão ser solicitados em qualquer espaço público de responsabilidade do município de Lajeado, compreendendo parques, praças, campos, vias, entre outros. Quando for solicitado entregar na Secretaria de Obras, deverá ocorrer no endereço: Rua Paulo José Schlabitz, Nº 807, Bairro Montanha – Lajeado/RS. CEP: 95905-060

8.4. HORÁRIO

Poderão ser solicitadas entregas em dias úteis, das 7h30 às 11h20 e das 13 horas às 16h45. Ainda, poderão haver solicitações em horários extraordinários, feriados e/ou finais de semana, neste caso será designado servidor para acompanhar as entregas.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a) Acompanhar a execução do objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto recebido, para que seja reparado ou corrigido;



- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f) a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e locais indicados pela fiscalização, independente de qualquer contratempo, mesmo que para isso tenha que adquirir de suas concorrentes ou realizar entregas em horários extraordinários, se formalizado e admitido com antecedência;
- b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 4 (quatro) horas que antecedem a entrega do objeto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) apresentar, quando solicitada pelo Município, análise do objeto, efetuada por órgão destinado a este fim, na qual comprove a adequabilidade e qualidade do mesmo, podendo ser solicitada também documentação que comprove a inspeção de materiais e instalações por órgão destinado a este fim nas dependências da contratada. A documentação deverá ser original ou cópia autenticada;
- f) arcar com eventuais prejuízos causados ao Município e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução;



- g) manter quadro de pessoal suficiente para atendimento das solicitações, conforme previsto neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço e demissão de empregado;
- h) utilizar, na entrega do material solicitado, pessoal identificado, uniformizado, usando equipamentos de proteção individual, com bom comportamento, podendo ser exigida a substituição de qualquer empregado cujo comportamento seja julgado impróprio pelo Município;
- i) indicar preposto, bem como seu contato telefônico e eletrônico, para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. É permitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência?

Não.

Sim. Justificar e indicar quais itens/serviços podem ser subcontratados:

12. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

12.1. Os tubos de concreto para drenagem pluvial, cordões de concreto (meio-fio) e postes de concreto para iluminação pública deverão possuir garantia mínima de 05 (cinco) anos, contados a partir do recebimento definitivo, contra quaisquer defeitos de fabricação, vícios de qualidade, fissuras, trincas, fraturas, deformações, desagregação do concreto, corrosão de armaduras, baixa resistência mecânica ou desempenho inferior ao especificado.

12.2. O Município reserva-se o direito de, a qualquer tempo, durante o prazo de garantia e sempre que julgar necessário, realizar inspeções, ensaios tecnológicos e testes de controle de qualidade, tais como ensaios de resistência à compressão, carga de ruptura, absorção de água, verificação dimensional e demais parâmetros previstos nas normas técnicas pertinentes, podendo tais ensaios ser realizados por laboratório próprio ou por instituição especializada.

12.3. Caso o produto não esteja de acordo com as especificações exigidas, o servidor designado pela secretaria requisitante para fiscalização não o aceitará e lavrará termo



circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

12.4. Na hipótese da não aceitação do produto por desconformidade com o edital, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 1 (uma) hora contada da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 1 (um) dia, visando não causar prejuízos aos serviços prestados pela administração pública.

12.5. A Secretaria terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a fornecedora para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações.

CAPÍTULO IV DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

13.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2. O fiscal da ata de registro de preços informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

13.3. O fiscal poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

13.4. Os responsáveis pela fiscalização da contratação de empresa para fornecimento dos artefatos de concreto/cimento para a **Secretaria de Obras** serão os servidores **Jackson Luis Waechter e Marciela Mafacioli**, e na parte da gestão da Ata de Registro de Preços para a SEOB será o servidor **Genésio Evanir Kamphorst**, ambos poderão ser contatados pelo telefone: (51) 3982-1075, ou através do e-mail genesio.kamphorst@lajeado.rs.gov.br. Para a **Secretaria de Serviços Urbanos** a fiscalização ficará a cargo da servidora **Camila Maria Bratti Volken**, a gestão



do servidor **Martin Thomas** que poderão ser contatado pelos telefones: (51) 3982-1031 e (51) 3982-1033 e através dos e-mails: camila.volken@lajeado.rs.gov.br e martin.thomas@lajeado.rs.gov.br.

14. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES (NA EMPRESA)

14.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

14.2. Conforme mencionado no item 7, a detentora dos itens deverá realizar testes de resistência nos artefatos de cimento entregues, se solicitado pela Secretaria de Obras, sem ônus ao Município.

CAPÍTULO V DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

15. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

15.1. O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

15.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

15.3. O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita 5 (cinco) dias corridos, após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade do item entregue e consequente aceitação.

15.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelo fornecimento do objeto licitado, nem a ético-profissional pela perfeita execução deste objeto.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 – Comete infração administrativa nos termos do art. 155, da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:



- a) dar causa à inexecução parcial do objeto contratado;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

17. DAS PENALIDADES

17.1. A recusa injusta da adjudicatária em assinar o contrato ou ata de registro de preços, executar a entrega do respectivo objeto, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município de Lajeado/RS, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui previstas.

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções, de acordo com o art. 156, da Lei nº 14.133/2021:

- a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) multa monetária;
- c) rescisão de contrato;
- d) suspensão do direito de licitar junto ao Município de Lajeado/RS;



e) declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município de Lajeado/RS.

17.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- E) a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4. Para aplicação das sanções, será observado o disposto no § 2º do art. 156 ao art. 163, da Lei nº 14.133/2021:

17.5. A critério da autoridade competente, a aplicação de quaisquer penalidades acima mencionadas acarretará perda da garantia e todos os seus acréscimos.

17.6. Será aplicada multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor total corrigido do contrato, por dia de atraso no fornecimento de materiais e serviços.

17.7. Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido do contrato, quando a licitante vencedora:

- a) prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;
- b) transferir ou ceder obrigações, no todo ou em parte a terceiros, sem prévia autorização da contratante;
- c) executar o objeto desse certame em desacordo com as especificações ou normas técnicas, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
- d) desatender às determinações da fiscalização;
- e) cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais por meios culposos e/ou dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo, encargos sociais, ou previdenciários, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida, cabendo a Prefeitura o direito de exigir a Folha de Pagamento dos empregados a qualquer momento;



- f) não iniciar, sem justa causa, execução dos serviços ou não fornecer os materiais contratados no prazo fixado, estando sua proposta dentro do prazo de validade;
- g) ocasionar sem justa causa, atraso superior a 03 (três) dias na execução dos serviços contratados ou fornecimento de materiais;
- h) recusar-se a executar, sem justa causa, no todo ou em parte os serviços ou fornecimento contratados;
- i) praticar por ação ou omissão, qualquer ato que por imprudência, negligência, imperícia, dolosamente ou não, venha a causar danos à contratante ou a terceiros, independente da obrigação da contratada em reparar os danos causados.

17.8. A causa determinante da multa deverá ficar plenamente comprovada e o fato a punir comunicado por escrito pela fiscalização à direção do órgão.

17.9. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 03 (três) anos ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021;

17.10. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 155 da mesma Lei, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

17.11. As sanções previstas nos incisos I, III e IV, do § 1º, art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados

17.12. Quando o objeto do contrato não for entregue no todo ou parcialmente dentro dos prazos estipulados, a suspensão do direito de licitar será automática e perdurará até que seja feita a entrega do objeto do contrato na sua totalidade, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e neste edital.



17.13. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/2021.

17.14. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

17.14.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente

17.15. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis conforme o decreto 13.986, de 12/06/2025, após a apresentação da Nota Fiscal detalhando o objeto fornecido, a com o devido recebimento e a aprovação do fiscal da ata de registro de preços, de acordo com o empenho, por meio de depósito bancário.

18.2. Somente será efetuado o pagamento mediante apresentação da Negativa do FGTS e INSS.

18.3. No ato do pagamento, serão efetuadas as retenções Tributárias e Previdenciárias prevista na legislação pertinente.

18.4. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do empenho, a fim de acelerar a liberação do documento fiscal para pagamento.

18.5. Poderá o Município de Lajeado/RS compensar multas aplicadas com valores contratados e ainda não pagos.

18.6. Somente será autorizado o pagamento, pela autoridade competente, à fornecedores que estiverem quites com a Fazenda Municipal de Lajeado/RS. (Art. 2º, V, do Decreto Municipal nº 12.513/2022).



19. DO REAJUSTAMENTO

19.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas .

19.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^{\circ}) / I^{\circ}$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I° = índice inicial – refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.7. O reajuste será realizado por apostilamento.



20. DOS CRITÉRIOS DE REDUÇÕES DE PAGAMENTO

20.1. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) Não produziu os resultados acordados;
- b) Deixou de fornecer os itens contratados, ou não os entregou na qualidade mínima exigida;
- c) Deixou de utilizar os materiais e/ou recursos humanos exigidos para a entrega ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

20.2. A aplicação de descontos/glosas em função do descumprimento de critérios de qualidade, avaliação de resultados e/ou níveis mínimos de serviço exigidos não concorre com a aplicação (concomitante ou não) das sanções administrativas previstas em CONTRATO, inclusive daquelas previstas em função do reiterado descumprimento dos critérios de qualidade dos produtos/serviços, sendo essa uma prerrogativa da Administração.

CAPÍTULO VI

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

21.1. Considerando a natureza e os valores estimados do objeto a ser contratado, a contratação será através de registro de preços, conforme Art. 75, II, da Lei 14.133/21.

21.2. Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência.

22. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

22.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a) identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b) a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;



- c) prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d) apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e) assinatura do responsável legal da empresa.

Observação: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

22.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

22.3. O preço proposto deverá ser completo abrangendo todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), mão de obra, prestação de serviço, fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamento e ferramental, transporte de material e de pessoal, traslado, seguro do pessoal utilizado nos serviços contra riscos de acidente de trabalho, cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária imposta ao empregador e qualquer despesa acessória e/ou necessária, não especificada neste edital.

22.4. A análise das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Termo de referência e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixadas neste Termo.
- b) que apresentem preço excessivo ou manifestamente inexequível.

23. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

23.1. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

() Sim (X) Não

23.2. VISITA TÉCNICA

(X) Não () Sim () Opcional () Obrigatória.

Justifique a necessidade de vistoria obrigatória:



23.3. DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

(X) Não () Sim

23.4. LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

- a) ABNT NBR 8890/2020;
- b) ABNT/NBR 7680-1:2015.

23.5. AMOSTRA

(X) Não () Sim

*Laudos Técnicos.

23.6. Para fins de habilitação neste processo, o licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Declaração de Firma Individual, no caso de empresa individual (empresário individual ou microempreendedor individual), ou; Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais (sociedade empresária) e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, e; decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- c) As Microempresas, Microempreendedor Individual e/ou Empresas de Pequeno Porte, a fim de usufruírem dos benefícios da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, deverão apresentar Certidão da Junta Comercial de Enquadramento de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, ou declaração firmada por contador ou técnico em contabilidade, indicando o seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, de que a licitante ostenta esta condição, devendo ambas serem firmadas no corrente ano;



d) As cooperativas que tenham auferido no ano-calendário anterior, receita superior a R\$360.000,00 e igual ou inferior a R\$4.800.000,00, poderão gozar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, devendo apresentar Certidão autenticada pela Junta Comercial ou Cartório de Registros Especiais, ou Declaração firmada por contador ou técnico em contabilidade, indicando o seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, de que se enquadram no limite de receita referido acima;

Observação 1: Independente do documento apresentado para cumprimento do disposto nas alíneas “b”, “c” e “d”, o objeto social da LICITANTE deve ser compatível com o objeto do presente certame;

REGULARIDADE FISCAL

e) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município mediante apresentação do Alvará de Localização, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

f) Prova de regularidade quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e Contribuições Sociais e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

g) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

h) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

i) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

Observação 2: Microempresas, Microempreendedor Individual e/ou Empresas de Pequeno Porte, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que está presente alguma restrição (Lei Complementar n.º 123, de 14/12/06).

REGULARIDADE TRABALHISTA

j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, nos termos da Lei 12.440/2011;



DECLARAÇÕES

- k) Declaração de que a empresa não foi considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e de que comunicará a ocorrência de fatos supervenientes impeditivos para a sua participação no presente processo licitatório;
- l) Declaração de Inexistência de parentesco firmada pelo representante legal da empresa;
- m) Declaração expressa da aceitação das condições estabelecidas no presente Termo para todas as fases de execução do objeto;
- n) Declaração firmada pelo representante legal da empresa, de que o respectivo quadro de pessoal cumpre o disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, conforme determina a Lei Federal nº 9.854/99, sendo realizada conforme preconiza o modelo constante no decreto 4.358/2002;

23.7. A apresentação de documentos falsificados ou adulterados acarretará a emissão de declaração de inidoneidade e sujeitará a empresa as penalidades previstas no item 17.

23.8. Quando da apresentação definitiva deverão os documentos ser apresentados em uma única via, datilografados ou digitados, não apresentando emendas, rasuras, entrelinhas ou serem ilegíveis

23.9. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.

22.9.1. Se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos, que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

23.10. Os documentos que dependam de prazo de validade e que não contenham esse prazo especificado no próprio corpo, em lei ou neste processo, devem ter sido expedidos em no máximo 90 (noventa) dias anteriores a data determinada para a entrega dos envelopes.

23.11. Os documentos deverão ser apresentados em cópias acompanhados do original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor desta municipalidade. Ressalva-se que cópias apresentadas em papel térmico de FAX não serão aceitas, nem tampouco autenticação de cópias pela via autenticada.



23.11.1. Os documentos emitidos via internet terão sua autenticidade confirmada através de consulta ao site do órgão emissor.

23.12. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, apresentada conforme o item 3.1, de microempresa e empresa de pequeno porte, esta não será inabilitada (Art. 42 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/06 alterada pela Lei 147/2014), podendo complementar a documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for declarada vencedora do certame.

24. ESTIMATIVA DE PREÇOS

Item	Quant	Unid	Especificação	Valor Unitário de Referência	Valor Total de Referência
1.	1.000	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 200 mm PS2 PB JR. Conforme NBR 8890/2020.	R\$ 37,00	R\$37.000,00
2.	1.500	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 300 mm PS2 PB JR. Conforme NBR 8890/2020.	R\$ 44,98	R\$67.470,00
3.	1.500	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 300 mm PA1 PB JR (ARMADO). Conforme NBR 8890/2020.	R\$ 92,92	R\$139.380,00
4.	15.000	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 400 mm PS2 PB JR. Conforme NBR 8890/2020.	R\$ 77,53	R\$1.162.950,00
5.	6.000	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 400 mm PA1 PB JR (ARMADO). Conforme NBR 8890/2020.	R\$ 110,25	R\$661.500,00



6.	900	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 500 mm PS2 PB JR. Conforme NBR 8890/2020.	R\$ 102,41	R\$92.169,00
7.	900	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 500 mm PA1 (ARMADO) PB JR. Conforme NBR 8890/2020.	R\$ 146,27	R\$131.643,00
8.	1.000	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 600 mm PS2 PB JR. Conforme NBR 8890/2020.	R\$ 97,61	R\$97.610,00
9.	900	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 600 mm PA1 (ARMADO) PB JR. Conforme NBR 8890/2020.	R\$ 196,63	R\$176.967,00
10.	700	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 800 mm PA1 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020.	R\$ 304,16	R\$212.912,00
11.	500	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 800 mm PA2 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020.	R\$ 345,96	R\$172.980,00
12.	400	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1000 mm PA1 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020.	R\$ 487,69	R\$195.076,00
13.	300	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1000 mm PA2 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020.	R\$ 536,62	R\$160.986,00



14.	300	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1200 mm PA1 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020.	R\$ 620,00	R\$186.000,00
15.	200	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1200 mm PA2 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020.	R\$ 626,67	R\$125.334,00
16.	250	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1500 mm PA1 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020.	R\$ 892,63	R\$223.157,50
17.	100	und	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1500 mm PA2 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020.	R\$ 980,33	R\$98.033,00
18	100	und	MEIO TUBO (CALHA) CONCRETO 1000 mm X 200 mm	R\$ 23,33	R\$2.333,00
19.	200	und	MEIO TUBO (CALHA) CONCRETO 1000 mm X 300 mm	R\$ 27,83	R\$5.566,00
20.	200	und	MEIO TUBO (CALHA) CONCRETO 1000 mm X 400 mm	R\$ 38,05	R\$7.610,00
21.	100	und	MEIO TUBO (CALHA) CONCRETO 1000 mm X 500 mm	R\$ 59,65	R\$5.965,00



22.	100	und	MEIO TUBO (CALHA) CONCRETO 1000 mm X 600 mm	R\$ 68,30	R\$6.830,00
23.	100	und	MEIO TUBO (CALHA) CONCRETO 1000 mm X 800 mm	R\$ 195,17	R\$19.517,00
24.	500	und	POSTE DE CONCRETO PARA ALAMBRADO 10 CM X10 CM X 3,0 M	R\$ 112,20	R\$56.100,00
25.	180	und	POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SEÇÃO TIPO DUPLO T, EXTENSÃO DE 9,00 M, RESISTÊNCIA DE 600 DAN, TIPO B.	R\$1.670,26	R\$300.646,80
26.	200	und	POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SEÇÃO TIPO DUPLO T, EXTENSÃO DE 7,00 M, RESISTÊNCIA DE 600 DAN, TIPO B.	R\$1.300,00	R\$260.000,00
27.	70	und	POSTE DE CONCRETO ARMADO TRONCO CÔNICO 9,00 M, 600 DAN	R\$2.467,59	R\$172.731,30
28.	20.000	m	CORDÃO DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO P/MEIO-FIO 100 CM X 30 CM X 12 CM, RESISTÊNCIA CARACTERÍSTICA À COMPRESSÃO (FCK) DE 25 MPA. CONFORME ESPECIFICAÇÕES ABNT/NBR 7680-1:2015. RESISTÊNCIA 25 MPA.	R\$ 33,57	R\$671.400,00



29.	9.000	m	CORDÃO DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO P/MEIO-FIO 100 CM X 20 CM X 12 CM, RESISTÊNCIA CARACTERÍSTICA À COMPRESSÃO (FCK) DE 25 MPA. CONFORME ESPECIFICAÇÕES ABNT/NBR 7680-1:2015. RESISTÊNCIA 25 MPA.	R\$ 32,58	R\$293.220,00
-----	-------	---	--	-----------	---------------

*Os valores de referência foram compostos através de pesquisa realizada no banco de preços.

25. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município e serão custeadas com recursos financeiros provenientes do Tesouro Municipal.

25.2. Para a Secretaria de Obras durante a vigência da ata de registro de preços, poderão ser utilizadas as seguintes dotações orçamentárias:

- a) 332 – 07.01.15.451.0004.1012 - Programa de Pavimentação Comunitária – Material de consumo;
- b) 364 - 07.01.15.451.0004.2022 - Conservação e Manutenção de Vias e Infraestruturas Urbanas – Material de consumo – material para manutenção e conservação de estradas e vias;
- c) 2421 – 09.01.27.813.0006.1015 - Construção, Ampliações e Melhorias de Ginásios, Parques, Praças e Jardins – Obras e instalações – obras em andamento;
- d) 2424 - 09.01.27.813.0006.2024 - Manutenção de Ginásios, Parques, Praças e Jardins – Material de consumo – material para manutenção de bens imóveis/instalações;
- e) 2659 - 09.02.15.452.0005.2016 - Manutenção da Iluminação Pública – Material de consumo.

Lajeado, 20 de fevereiro de 2026.

Data da atualização do TR em razão da lista de verificações da Procuradoria.



RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO/Rosilene Schmitz/Auxiliar de Administração

SECRETÁRIO RESPONSÁVEL/GENESIO EVANIR KAMPHORST



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - MINUTA
Nº ...-0..../202.....

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 18/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50678/2026
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos dias do mês de do ano de dois mil e vinte e, o **MUNICÍPIO DE LAJEADO-RS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 87.297.982/0001-03, neste ato representado pela Prefeita, Sra. Gláucia Schumacher, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 760.273.410-68, residente e domiciliada em Lajeado-RS, doravante denominado **MUNICÍPIO**, resolve REGISTRAR o preço oferecido pela empresa, inscrita no CNPJ sob nº, com sede na Rua ..., doravante denominada **DETENTORA**, neste ato representada por seu(a) responsável legal, Sr(a)., inscrito no CPF sob o nº, nacionalidade, profissão, e residente e domiciliado(a) na, em face da proposta classificada em primeiro lugar no Pregão na Forma Eletrônica nº 18/2026, elaborado com fulcro na Lei Federal 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 13.287/2023, Portaria n.º 35.031/2025 e demais normas aplicáveis, para a eventual aquisição, nas condições estabelecidas neste instrumento, dos objetos abaixo discriminados.

CLÁUSULA PRIMEIRA – É objeto desta Ata o registro de preços para aquisição, sob demanda, de artefatos de concreto para diversas secretarias do município de Lajeado-RS, conforme as disposições estabelecidas no Pregão na Forma Eletrônica nº 18/2026, seu Termo de Referência e a proposta da DETENTORA, independentemente de transcrição para este instrumento, constantes no Processo Licitatório nº 50678/2026, de acordo com o que segue:

Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unitário Ref.	Valor Total Ref.
1	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 200 mm PS2 PB JR. Conforme NBR 8890/2020. ITEM EXCLUSIVO.	1.000	Und	R\$ 37,00	R\$ 37.000,00
2	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 300 mm PS2 PB JR. Conforme NBR 8890/2020. ITEM EXCLUSIVO	1.500	Und	R\$ 44,98	R\$ 67.470,00
3	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 300 mm PA1 PB JR (ARMADO). Conforme NBR 8890/2020. COTA RESERVADA	375	Und	R\$ 92,92	R\$ 34.845,00
4	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 300 mm PA1 PB JR (ARMADO). Conforme NBR 8890/2020. AMPLA CONCORRÊNCIA	1125	Und	R\$ 92,92	R\$ 104.535,00
5	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 400 mm PS2 PB JR. Conforme NBR 8890/2020. COTA RESERVADA	1000	Und	R\$ 77,53	R\$ 77.530,00
6	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 400 mm PS2 PB JR. Conforme NBR	14000	Und	R\$ 77,53	R\$ 1.085.420,00



Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unitário Ref.	Valor Total Ref.
	8890/2020. AMPLA CONCORRÊNCIA				
7	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 400 mm PA1 PB JR (ARMADO). Conforme NBR 8890/2020. COTA RESERVADA	700	Und	R\$ 110,25	R\$ 77.175,00
8	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 400 mm PA1 PB JR (ARMADO). Conforme NBR 8890/2020. AMPLA CONCORRÊNCIA	5300	Und	R\$ 110,25	R\$ 584.325,00
9	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 500 mm PS2 PB JR. Conforme NBR 8890/2020. COTA RESERVADA	225	Und	R\$ 102,41	R\$ 23.042,25
10	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 500 mm PS2 PB JR. Conforme NBR 8890/2020. AMPLA CONCORRÊNCIA	675	Und	R\$ 102,41	R\$ 69.126,75
11	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 500 mm PA1 (ARMADO) PB JR. Conforme NBR 8890/2020. COTA RESERVADA	225	Und	R\$ 146,27	R\$ 32.910,75
12	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 500 mm PA1 (ARMADO) PB JR. Conforme NBR 8890/2020. AMPLA CONCORRÊNCIA	675	Und	R\$ 146,27	R\$ 98.732,25
13	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 600 mm PS2 PB JR. Conforme NBR 8890/2020. AMPLA CONCORRÊNCIA	750	Und	R\$ 97,61	R\$ 73.207,50
14	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 600 mm PS2 PB JR. Conforme NBR 8890/2020. COTA RESERVADA	250	Und	R\$ 97,61	R\$ 24.402,50
15	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 600 mm PA1 (ARMADO) PB JR. Conforme NBR 8890/2020. COTA RESERVADA	225	Und	R\$ 196,63	R\$ 44.241,75
16	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 600 mm PA1 (ARMADO) PB JR. Conforme NBR 8890/2020. AMPLA CONCORRÊNCIA	675	Und	196,63	R\$ 132.725,25
17	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 800 mm PA1 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020. COTA RESERVADA	170	Und	304,16	R\$ 51.707,20
18	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 800 mm PA1 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020. AMPLA CONCORRÊNCIA	530	Und	304,16	R\$ 161.204,80
19	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 800 mm PA2 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020. COTA RESERVADA	125	Und	345,96	R\$ 43.245,00
20	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 800 mm PA2 (ARMADO) MF JR. Conforme	375	Und	345,96	R\$ 129.735,00



Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unitário Ref.	Valor Total Ref.
	NBR 8890/2020. AMPLA CONCORRÊNCIA				
21	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1000 mm PA1 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020.- COTA RESERVADA	100	Und	487,69	R\$ 48.769,00
22	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1000 mm PA1 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020. - AMPLA CONCORRÊNCIA	300	Und	487,69	R\$ 146.307,00
23	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1000 mm PA2 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020. - COTA RESERVADA	75	Und	536,62	R\$ 40.246,50
24	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1000 mm PA2 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020. - AMPLA CONCORRÊNCIA	225	Und	536,62	R\$ 120.739,50
25	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1200 mm PA1 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020. - COTA RESERVADA	75	Und	620	R\$ 46.500,00
26	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1200 mm PA1 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020. - AMPLA CONCORRÊNCIA	225	Und	620	R\$ 139.500,00
27	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1200 mm PA2 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020. - COTA RESERVADA	50	Und	626,67	R\$ 31.333,50
28	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1200 mm PA2 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020. - AMPLA CONCORRÊNCIA	150	Und	626,67	R\$ 94.000,50
29	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1500 mm PA1 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020. - COTA RESERVADA	60	Und	892,63	R\$ 53.557,80
30	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1500 mm PA1 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020. - AMPLA CONCORRÊNCIA	190	Und	892,63	R\$ 169.599,70
31	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1500 mm PA2 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020 - COTA RESERVADA	25	Und	980,33	R\$ 24.508,25
32	TUBO CONCRETO DN 1000 mm x 1500 mm PA2 (ARMADO) MF JR. Conforme NBR 8890/2020 - AMPLA CONCORRÊNCIA	75	Und	980,33	R\$ 73.524,75
33	MEIO TUBO (CALHA) CONCRETO 1000 mm X 200 mm - ITEM EXCLUSIVO	100	Und	23,33	R\$ 2.333,00



Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unitário Ref.	Valor Total Ref.
34	MEIO TUBO (CALHA) CONCRETO 1000 mm X 300 mm - ITEM EXCLUSIVO	200	Und	27,83	R\$ 5.566,00
35	MEIO TUBO (CALHA) CONCRETO 1000 mm X 400 mm - ITEM EXCLUSIVO	200	Und	38,05	R\$ 7.610,00
36	MEIO TUBO (CALHA) CONCRETO 1000 mm X 500 mm - ITEM EXCLUSIVO	100	Und	59,65	R\$ 5.965,00
37	MEIO TUBO (CALHA) CONCRETO 1000 mm X 600 mm - ITEM EXCLUSIVO	100	Und	68,3	R\$ 6.830,00
38	MEIO TUBO (CALHA) CONCRETO 1000 mm X 800 mm - ITEM EXCLUSIVO	100	Und	195,17	R\$ 19.517,00
39	POSTE DE CONCRETO PARA ALAMBRADO 10 CM X10 CM X 3,0 M - ITEM EXCLUSIVO	500	Und	112,2	R\$ 56.100,00
40	POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SEÇÃO TIPO DUPLO T, EXTENSÃO DE 9,00 M, RESISTÊNCIA DE 600 DAN, TIPO B. COTA RESERVADA	45	Und	1.670,26	R\$ 75.161,70
41	POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SEÇÃO TIPO DUPLO T, EXTENSÃO DE 9,00 M, RESISTÊNCIA DE 600 DAN, TIPO B. AMPLA CONCORRÊNCIA	135	Und	1.670,26	R\$ 225.485,10
42	POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SEÇÃO TIPO DUPLO T, EXTENSÃO DE 7,00 M, RESISTÊNCIA DE 600 DAN, TIPO B.COTA RESERVADA	50	Und	1300	R\$ 65.000,00
43	POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SEÇÃO TIPO DUPLO T, EXTENSÃO DE 7,00 M, RESISTÊNCIA DE 600 DAN, TIPO B. AMPLA CONCORRÊNCIA	150	Und	1300	R\$ 195.000,00
44	POSTE DE CONCRETO ARMADO TRONCO CÔNICO 9,00 M, 600 DAN COTA RESERVADA	2467,59	Und	17	R\$ 41.949,03
45	POSTE DE CONCRETO ARMADO TRONCO CÔNICO 9,00 M, 600 DAN AMPLA CONCORRÊNCIA	53	Und	2467,59	R\$ 130.782,27
46	CORDÃO DE CONCRETO PRÉ MOLDADO P/MEIO-FIO 100 CM X 30 CM X 12 CM, RESISTÊNCIA	2380	Und	33,57	R\$ 79.896,60



Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unitário Ref.	Valor Total Ref.
	CARACTERÍSTICA À COMPRESSÃO (FCK) DE 25 MPA. CONFORME ESPECIFICAÇÕES ABNT/NBR 76801:2015. RESISTÊNCIA 25 MPA COTA RESERVADA.				
47	CORDÃO DE CONCRETO PRÉ MOLDADO P/MEIO-FIO 100 CM X 30 CM X 12 CM, RESISTÊNCIA CARACTERÍSTICA À COMPRESSÃO (FCK) DE 25 MPA. CONFORME ESPECIFICAÇÕES ABNT/NBR 76801:2015. RESISTÊNCIA 25 MPA AMPLA CONCORRÊNCIA	17620	Und	33,57	R\$ 591.503,40
48	CORDÃO DE CONCRETO PRÉ MOLDADO P/MEIO-FIO 100 CM X 20 CM X 12 29. 9.000 m CM, RESISTÊNCIA CARACTERÍSTICA À COMPRESSÃO (FCK) DE 25 MPA. CONFORME ESPECIFICAÇÕES ABNT/NBR 76801:2015. RESISTÊNCIA 25 MPA. COTA RESERVADA	2250M	Und	32,58	R\$ 73.305,00
49	CORDÃO DE CONCRETO PRÉ MOLDADO P/MEIO-FIO 100 CM X 20 CM X 12 29. 9.000 m CM, RESISTÊNCIA CARACTERÍSTICA À COMPRESSÃO (FCK) DE 25 MPA. CONFORME ESPECIFICAÇÕES ABNT/NBR 76801:2015. RESISTÊNCIA 25 MPA. AMPLA CONCORRÊNCIA	6750M	Und	32,58	R\$ 219.915,00
Valor Total					R\$ 5.743.086,60

§1º Os itens que compõem o objeto deste certame poderão ser solicitados em qualquer espaço público de responsabilidade do município de Lajeado, compreendendo parques, praças, campos, vias, entre outros. Quando for solicitado para entrega na Secretaria de Obras, deverá ocorrer no endereço: Rua Paulo José Schlabitz, nº 807, Bairro Montanha – Lajeado-RS - CEP: 95905-060.

§2º A Nota de Empenho será enviada automaticamente à empresa, se esta possuir e-mail cadastrado. Consultas de empenhos, prazos e datas de pagamento podem ser efetuadas no site www.lajeado.rs.gov.br, clicando em Empresa-Serviços, link "Empenhos".

§3º No empenho será informada a quantidade (parcial ou total), data, horário e local de entrega, que poderá ocorrer em qualquer espaço público de responsabilidade do município de Lajeado.

§4º Para os postes para iluminação pública serão considerados como prazo de entrega 20 (vinte) dias corridos, devido à necessidade de cura do material, para os demais, o prazo para o recebimento será de no máximo 7 (sete) dias corridos.

§5º Constatada desconformidade, o material não será aceito, devendo o fornecedor providenciar sua retirada no prazo de até 1 (uma) hora, contado da notificação, e promover a substituição no prazo máximo de 1 (um) dia, sem prejuízo à continuidade dos serviços.

§6º Sempre que exigido, a DETENTORA deverá realizar de testes de resistência nos artefatos de cimento entregues, se solicitado pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, se esta entender que não atendam às características e resistências solicitadas, sem nenhum ônus extra ao Município.

§7º O recebimento definitivo ocorrerá após a devida conferência pela Secretaria competente, no prazo de até 05 (cinco) dias, podendo ser determinada a substituição de itens em desacordo com as especificações.

§8º Durante a execução contratual, os materiais fornecidos deverão atender integralmente às especificações exigidas, sendo assegurada garantia mínima de 05 (cinco) anos, contados do recebimento definitivo, contra defeitos de fabricação e desempenho inadequado.

§9º O Município poderá, a qualquer tempo, realizar inspeções e ensaios de controle de qualidade, por meios próprios ou por terceiros, a fim de verificar a conformidade dos materiais.

§10. Constatada desconformidade, o material não será aceito, devendo o fornecedor providenciar sua retirada no prazo de até 1 (uma) hora, contado da notificação, e promover a substituição no prazo máximo de 1 (um) dia, sem prejuízo à continuidade dos serviços.

§11. Poderão ser solicitadas entregas em dias úteis, de segunda à sexta-feira das 7h30min às 11h20min e das 13h às 16h45min. Ainda, poderão haver solicitações em horários extraordinários, feriados e/ou finais de semana e, neste caso, será designado servidor para acompanhar as entregas.

§12. A contratação possui caráter eventual, não gerando à DETENTORA direito subjetivo à contratação ou expectativa mínima de faturamento.

§13. Em subsídio a esta Ata se levará em conta o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/1990.

§14. O MUNICÍPIO não se responsabiliza por danos materiais ou pessoais suportados pela DETENTORA ou por seus empregados durante a execução dos serviços, ressalvadas as hipóteses legais.

§15. Estão incluídos nos preços registrados todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, tais como mão de obra, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, seguros, uniformes, equipamentos, EPIs e demais despesas decorrentes.

CLÁUSULA SEGUNDA - O acompanhamento e fiscalização desta Ata de Registro de Preços ficará a cargo dos agentes públicos:

Fiscais: Jackson Luis Waechter e Marciela Mafacioli - e-mail: jackson.waechter@lajeado.rs.gov.br e marciela.mafacioli@lajeado.rs.gov.br - Telefone (51) 3982-1325 ou (51) 3982-1075; Gestor: Genésio Evanir Kamphorst - E-mail: genesio.kamphorst@lajeado.rs.gov.br ou (51) 3982-1075, da Secretaria de Obras

Fiscais: Camila Maria Bratti Volken - e-mail: camila.volken@lajeado.rs.gov.br ou (51) 3982-1031; Gestor: Martin Thomas, e-mail: martin.thomas@lajeado.rs.gov.br, da Secretaria de Serviços Urbanos.

Estes anotarão em livro próprio todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, tendo amplos poderes para recusar e/ou sustar os serviços que não tenham sido executados de acordo com as normas pertinentes, sendo que:

- a) as decisões e providências que ultrapassem a sua competência serão solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.
- b) os fiscais deste instrumento serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do MUNICÍPIO, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, consoante disposto no artigo 117, §3º, da Lei 14.133/2021.

§1º As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pelo MUNICÍPIO para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações contratuais, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

§2º O conjunto de atividades de gestão e fiscalização, são exercidas de acordo com as seguintes disposições:

- a) **Gestor da Ata:** coordenar as atividades de fiscalização da Ata de Registro de Preços; indicar existência de recurso orçamentário nas hipóteses de aditivo contratual; analisar e decidir as demandas recebidas dos fiscais, acompanhadas de suas manifestações; acompanhar o prazo de execução e vigência do contrato; atestar a realização da despesa, após ateste do fiscal; encaminhar os autos conclusos para pagamento à Secretaria da Fazenda à unidade de orçamento e finanças; encaminhar à unidade competente documentos pertinentes à prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventuais aplicações de sanções e extinção do contrato.
- b) **Fiscal da Ata:** acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços de acordo com o projeto básico; registrar todas as ocorrências e irregularidades relacionadas com a execução do contrato; acompanhar a regularidade da execução dos serviços e as ocorrências evidenciadas; comunicar ao Gestor do Contrato eventuais inadimplementos das obrigações contratuais, propondo aplicação de penalidades e, se for o caso, a rescisão contratual; solicitar à DETENTORA correções e/ou substituições quando do recebimento de serviços divergentes do contrato; atestar a regularidade da prestação dos serviços e encaminhá-la ao Gestor do Contrato para ateste da despesa, realizar o recebimento provisório dos serviços; acompanhar a execução do contrato quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas; analisar, por amostragem, os comprovantes de recolhimento mensal das contribuições previdenciárias estabelecidas para o empregador e seus empregados; comprovantes de recolhimento mensal do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; comprovante de pagamento de salários, vale-transporte, auxílio-alimentação e demais obrigações contidas na convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa; comunicar ao Gestor do Contrato eventuais inadimplementos das obrigações contratuais, recomendando a aplicação de penalidades;

calcular multas; certificar a regularidade da documentação analisada e encaminhá-la ao Gestor do Contrato para atesto da despesa.

§3º É direito da Fiscalização rejeitar quaisquer serviços quando entender que a sua execução está fora dos padrões técnicos e de qualidade definidos nesta Ata de Registro de Preços, no Edital de Pregão na Forma Eletrônica nº 43/2023, no Termo de Referência e/ou na proposta da DETENTORA, devendo esta reparar, corrigir ou substituir os serviços e peças rejeitados pela fiscalização.

§4º Quaisquer exigências da FISCALIZAÇÃO, inerente ao objeto deste instrumento, deverão ser prontamente atendidas pela DETENTORA, sem ônus para o MUNICÍPIO.

§5º A fiscalização exercida no interesse do MUNICÍPIO não exclui nem reduz a responsabilidade da DETENTORA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

§6º A DETENTORA será responsável pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros em razão da execução desta Ata de Registro de Preço, e a fiscalização ou o acompanhamento pelo MUNICÍPIO não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – O objeto fornecido com fundamento nesta Ata será recebido pela fiscalização designada, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com os Decretos Municipais nº 13.939/2025 e nº 13.285/2023 que regulamentam os procedimentos de fiscalização, recebimento e gestão contratual no âmbito do Município de Lajeado, mediante recebimento provisório, no ato da entrega, para conferência de qualidade, quantidade e conformidade com as especificações.

§1º O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência imediata da quantidade, especificações e integridade dos bens, com base nas informações constantes da Nota Fiscal.

§2º O recebimento definitivo dar-se-á mediante ateste expresso da Nota Fiscal pelo fiscal e pelo gestor, o qual certificará a conformidade do objeto entregue, dispensada a elaboração de relatório específico, salvo se houver discrepância ou não conformidade a ser registrada.

§3º Quando o contrato derivado envolver múltiplas entregas, itens distintos ou necessidade de consolidação das informações, o fiscal é responsável por elaborar Relatório de Conformidade da Execução, de natureza geral, para fins de registro e controle, sem prejuízo do ateste da Nota Fiscal para cada entrega.

§4º O recebimento provisório ou definitivo não exime a DETENTORA de suas responsabilidades civil, administrativa e técnico-profissional, permanecendo aplicáveis a Lei nº 14.133/2021, os Decretos Municipais mencionados e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA QUARTA - A vigência desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, prorrogável por igual período, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 18, caput, do Decreto Municipal nº 13.287/2023, desde que atendidas as condições previstas na legislação aplicável.

§1º A renovação da Ata poderá ocorrer uma única vez, por igual período, desde que:

- a) comprovada a vantajosidade da prorrogação, mediante pesquisa de mercado atualizada;

- b) mantidas integralmente as condições originais da licitação e desta Ata, incluindo fornecedores, especificações, obrigações, prazos e requisitos de habilitação;
- c) haja anuência expressa da(s) empresa(s) detentora(s) do registro;
- d) seja formalizada antes do término da vigência original, mediante termo próprio, devidamente motivado, em conformidade com os Decretos Municipais nº 13.841/2025, nº 13.287/2023, nº 13.939/2025, nº 13.285/2023, nº 13.986/2025 e nº 13.286/2023.

§2º Os quantitativos registrados poderão ser renovados por ocasião da prorrogação da Ata de Registro de Preços, em conformidade com o disposto no Decreto Municipal nº 13.287/2023 (com a redação dada pelo Decreto nº 13.841/2025) e na Lei Federal nº 14.133/2021.

§3º Na ocasião da renovação, os preços registrados poderão ser reajustados, decorridos 12 (doze) meses da data da proposta ajustada em xx.xx.xxxx, mediante aplicação do índice definido anualmente por Decreto Municipal.

§4º Compete à DETENTORA protocolar o pedido de reajuste após o início do período aquisitivo do direito. O MUNICÍPIO terá 30 (trinta) dias para decidir sobre o pleito. Aprovado o reajuste, seus efeitos retroagirão à data do fato gerador, salvo se o pedido for protocolado após 30 (trinta) dias da data termo, hipótese em que produzirá efeitos a partir da data do protocolo.

§5º Durante a vigência da Ata, o MUNICÍPIO não está obrigado a realizar contratações dela decorrentes, podendo promover licitação específica para atender necessidades futuras, assegurando-se à DETENTORA registrada o direito de preferência, em igualdade de condições.

§6º A Administração somente emitirá solicitações de aquisição se houver prévia disponibilidade de crédito orçamentário, nos termos da legislação aplicável

CLÁUSULA QUINTA – A contratação junto à DETENTORA será formalizada pela Secretaria interessada por intermédio de instrumento contratual e/ou emissão de nota de empenho de despesa, que deverá ser emitido com quantidades e valores certos e determinados, de acordo com a estrita necessidade da Administração, sendo vedada qualquer contratação por demanda ou estimativa de aquisição.

§1º As Ordens de Compras do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Secretário Municipal responsável e, no caso dos órgãos usuários do Registro de Preços, pela respectiva autoridade responsável.

§2º A emissão das Ordens de Compras, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizadas pelo órgão requisitante.

CLÁUSULA SEXTA – Os quantitativos dos objetos solicitados, serão pagos pela dotação constante na respectiva Nota de Empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA - O pagamento será depositado na conta bancária da DETENTORA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da liquidação da despesa, após a entrega da respectiva Nota Fiscal e relatório técnico referente à prestação de serviço (quando não dispensado), aprovada pelo(s) fiscal desta Ata e pelo(a) Gestor(a), conforme o Decreto Municipal nº 13.986/2025.

- a) O relatório técnico mencionado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: identificação do equipamento (marca, modelo, tombo), tipo de serviço (preventivo ou corretivo),

problema constatado (no corretivo), procedimentos executados, horas técnicas utilizadas, peças substituídas (com valor de tabela e aplicação do desconto), situação final do equipamento, assinatura do técnico e ateste do fiscal da ata de registro de preços.

b) Excepcionalmente, poderá ser dispensada a apresentação de relatório técnico nas hipóteses de manutenção preventiva padronizada, previamente definida no Termo de Referência, executada sem substituição de peças, bem como nos casos de fornecimento de itens de desgaste natural e reposição simples, tais como aventais, carretéis, lâminas, limas, correntes de motosserra e outros componentes de fácil substituição, destinados à utilização direta pelos servidores da Secretaria, para manutenção rotineira dos equipamentos.

c) Nas situações de dispensa previstas no item anterior, o controle da execução e a autorização para pagamento dar-se-ão mediante ateste do fiscal e do gestor do contrato diretamente na Nota Fiscal, devendo constar a identificação dos itens fornecidos, dispensada a formalização de relatório técnico específico.

§1º Para realização do pagamento a DETENTORA deverá enviar os seguintes documentos em Arquivo digital (em formato PDF):

- a) Comprovante de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e INSS.
- b) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais.
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais.

§2º Após a conferência da documentação, no prazo de 5 dias, a Fiscalização encaminhará o processo ao(o) Gestor(a) desta Ata de Registro de Preço.

§3º No ato do pagamento serão processadas as deduções legais, nos termos da legislação que regula a matéria, quando couber.

§4º Poderá o MUNICÍPIO compensar multas aplicadas com valores contratados e ainda não pagos, podendo, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

§5º Após a realização do ateste provisório da Fiscalização, não havendo pendência para pagamento apontada no ateste, o Gestor(a) emitirá o recebimento definitivo e encaminhará o processo para pagamento. Nada obstante, constatada irregularidade(s) em alguma nota fiscal esta será devolvida à DETENTORA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição.

§6º Em caso de reapresentação de nota fiscal, o prazo para pagamento contar-se-á da data da sua reapresentação.

§7º Em hipótese alguma é permitida a antecipação de pagamento por produtos não entregues ou entregues de forma incompleta.

§8º Quando do pagamento da nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais, inclusive o recolhimento do ISSQN sobre o valor dos serviços, quando for o caso. Independentemente do percentual de tributo destacado no documento fiscal, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

§9º Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela MUNICÍPIO, a favor da DETENTORA às multas que porventura lhe tenham sido aplicadas, após regular processo administrativo e desde que a DETENTORA não efetue o pagamento voluntário no prazo ajustado. Caso não existam créditos, o valor correspondente à multa será cobrado por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM.

§10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a DETENTORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a MUNICÍPIO.

§11. Serão deduzidos dos créditos da DETENTORA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso.

§12. O não pagamento da multa implica inscrição da DETENTORA na Dívida Ativa do Município.

§13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento desta Ata de Registro de Preços, quando a DETENTORA não tenha concorrido de alguma forma, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo MUNICÍPIO, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \frac{(6 / 100)}{365} 00016438$$

Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA OITAVA – Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a DETENTORA:

- não produziu os resultados pactuados;
- deixou de entregar os serviços contratados, ou os entregou em desacordo com as especificações técnicas ou com o padrão mínimo de qualidade exigido; ou
- deixou de empregar os materiais, insumos ou recursos necessários à entrega, ou os utilizou em qualidade ou quantidade inferior à exigida

Parágrafo Único. A aplicação de descontos/glosas em função do descumprimento de critérios de qualidade, avaliação de resultados não concorre com a aplicação (concomitante ou não) das sanções administrativas previstas nesta Ata de Registro de Preços, inclusive daquelas previstas em função do reiterado descumprimento dos critérios de qualidade dos produtos/serviços, sendo essa uma prerrogativa do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA – Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos/serviços, registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no artigo 124 da Lei nº 14.133/2021.

§1º O MUNICÍPIO, semestralmente, realizará a verificação dos preços praticados no mercado para os objetos desta Ata, na forma do artigo 5º do Decreto Municipal 13.264/2023, quando:

- c) a variação dos percentuais dos índices setoriais relativos ao item forem superiores a 5%;
- d) a cotação do objeto for vinculada à variação cambial e seus índices atingirem percentuais superiores a 5%;
- e) se tratar de objeto cuja tecnologia tenha potencial risco de desatualização acelerada que interfira nos preços.

§2º Não ocorrendo a variação prevista nas alíneas “a” e “b” do parágrafo anterior, restará dispensada a pesquisa mercadológica.

§3º Não existindo índice setorial relativo aos objetos, nos termos da alínea “a” do parágrafo anterior, deverá ser utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

§4º Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará a DETENTORA para negociarem a redução dos preços. Caso a DETENTORA não aceite reduzir seus preços, aos valores praticados pelo mercado, será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

§5º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a DETENTORA não puder cumprir com o compromisso, o órgão gerenciador poderá aceitar a solicitação de revisão dos preços registrados, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento e a partir dos motivos e dos comprovantes apresentados pela DETENTORA, com base em nova pesquisa de mercado, preservando a economia obtida no procedimento licitatório.

- c) Após trinta dias da protocolização do requerimento de revisão, sem que o órgão gerenciador tenha se manifestado conclusivamente quanto ao requerido, a DETENTORA poderá requerer a suspensão da emissão de novos pedidos de entrega de bens ou de prestação de serviços.
- d) Viabilizada a negociação, o novo valor registrado, que constará também no termo aditivo ao contrato dele decorrente, terá efeito retroativo à data do protocolo do pedido.

§6º Uma vez não sendo possível o ajuste entre as partes, caberá ao órgão gerenciador:

- a) liberar a DETENTORA do compromisso assumido, se confirmada a pertinência da motivação apresentada. Caso a motivação apresentada pelo fornecedor não seja acolhida pelo MUNICÍPIO, o descumprimento da obrigação de fornecer ensejará a aplicação das sanções cabíveis;
- b) convocar os demais fornecedores, constantes no cadastro reserva, caso registrados, observada a ordem de registro e de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação;
- c) na hipótese de não haver fornecedores integrando o cadastro reserva, o órgão gerenciador promoverá negociações com os licitantes remanescentes da licitação, nos termos previstos no artigo 20, §§ 2º e 3º, do Decreto Municipal 13.287/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA – São obrigações da DETENTORA:

- a) manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preço, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e as condições e qualificação exigidas no Edital da licitação;
- b) indicar preposto, bem como seu contato telefônico e eletrônico atualizado, para representá-la durante a execução desta Ata de Registro de Preços;
- c) no caso de solicitações extras, atender prontamente ao MUNICÍPIO;
- d) efetuar a entrega dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e locais indicados pela Fiscalização, independentemente de qualquer contratempo, mesmo que para isso tenha que adquirir de suas concorrentes, se formalizado e admitido com antecedência;
- e) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO em um prazo máximo de 3 (três) dias úteis;
- f) utilizar na entrega do material solicitado, pessoal identificado, uniformizado, usando equipamentos de proteção individual, com bom comportamento, podendo ser exigida a substituição de qualquer empregado cujo comportamento seja julgado impróprio pelo Município;
- g) fornecer, sempre que solicitado pelo Município, comprovantes de pagamentos de empregados e do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais, decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preço;
- h) não caucionar ou utilizar esta Ata de Registro de Preço para qualquer operação financeira, sem a prévia e expressa anuência do MUNICÍPIO, sob pena de rescisão contratual;
- i) executar todas as tarefas objeto desta Ata de Registro de Preços com perfeição e acuidade, mobilizando, para tanto, profissionais capacitados e submetidos a prévio treinamento, inclusive nas normas de segurança do trabalho, mantendo quadro de pessoal suficiente para atendimento das solicitações, conforme previsto neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço e demissão de empregado;
- j) manter quadro de pessoal suficiente para atendimento das solicitações, conforme previsto neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço e demissão de empregado;
- k) reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, qualquer dano que venha a surgir pelos serviços prestados e responder por quaisquer danos pessoais e materiais ocasionados por seus funcionários durante a execução desta Ata de Registro de Preços;
- l) indenizar o MUNICÍPIO e/ou terceiros em razão de prejuízos ou danos causados pela DETENTORA, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução desta Ata de Registro de Preço;
- m) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); e
- n) relatar ao MUNICÍPIO toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução desta Ata de Registro de Preço;
- o) comunicar ao MUNICÍPIO, no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas que antecedem a data de entrega do objeto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, sem prejuízo de eventuais penalidades, caso a justificativa não seja aceita.
- p) apresentar, quando solicitada pelo Município, análise do objeto, efetuada por órgão destinado a este fim, na qual comprove a adequabilidade e qualidade do mesmo, podendo ser solicitada também documentação que comprove a inspeção de materiais e instalações por órgão destinado a este fim nas dependências da contratada. A documentação deverá ser original ou cópia autenticada;
- q) atender prontamente às reclamações e apontamentos do MUNICÍPIO, sob pena das

sanções aqui previstas;

§1º A empresa compromete-se em apresentar, sempre que solicitado por qualquer dos fiscais desta Ata, ou seus respectivos gestores, toda e qualquer documentação exigida do Processo Licitatório.

§2º Em caso de recusa do objeto, realizada pelo fiscal desta Ata, compete a DETENTORA realizar sua adequação ou substituição no prazo de 1 (um) dia útil contado da notificação da não aceitação, sem o prejuízo de imputação de eventuais penalidades pela prestação irregular do objeto.

§3º O MUNICÍPIO não se responsabilizará por quaisquer danos materiais e/ou pessoais suportados pela DETENTORA, incluindo roubos e atos de vandalismo, ocorridos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, bem como em caso de prejuízos por caso fortuito ou força maior.

§4º As quantidades registradas poderão ser aditadas em 25% (vinte e cinco por cento), caso haja interesse por parte do MUNICÍPIO, conforme artigo 125, da Lei 14.133/2021.

§5º Em subsídio à presente Ata de Registro de Preços, levar-se-á em conta as normas do Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078/1990.

§6º A contratação de quaisquer serviços desta Ata de registro de Preços é eventual podendo, inclusive, inexistir. Dessa forma, a celebração deste instrumento pelo MUNICÍPIO não caracteriza nenhuma expectativa de faturamento por parte da DETENTORA, não cabendo à DETENTORA quaisquer ressarcimentos de eventuais prejuízos pelo fato de o faturamento mensal desta não atingir os níveis por ela pretendidos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O MUNICÍPIO obriga-se a:

- a) solicitar à DETENTORA, em tempo hábil, os serviços para atender às suas necessidades;
- b) fiscalizar o cumprimento desta Ata, por intermédio dos servidores designados;
- c) verificar a conformidade dos serviços prestados com as disposições desta Ata de Registro de Preço, do Edital da Licitação e da proposta da DETENTORA;
- d) efetuar o pagamento à DETENTORA, de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste instrumento; e
- e) comunicar à DETENTORA a ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam correção por parte desta.

Parágrafo Único. O MUNICÍPIO não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela DETENTORA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da DETENTORA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das sanções administrativas:

§1º A DETENTORA comete infração administrativa, quando:

- e) dar causa à inexecução parcial desta Ata de Registro de Preços; pena: ADVERTÊNCIA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- f) dar causa à inexecução parcial desta Ata de Registro de Preços causando grave dano ao MUNICÍPIO, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; pena:

IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO pelo período de 12 (doze) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- g) dar causa à inexecução total desta Ata de Registro de Preços ou, sem motivo justificado, ensejar o retardamento da execução dos serviços; pena: IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO pelo período de 18 (dezoito) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- h) prestar declaração falsa, praticar ato fraudulento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza durante a execução desta Ata de Registro de Preços; pena: DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; pena:DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de 60 (sessenta) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§2º Além das penalidades previstas acima, a DETENTORA ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às demais penalidades referidas no Título IV da Lei n. 14.133/2021, no que couber, bem como às seguintes sanções:

a) ADVERTÊNCIA, em caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, e nas situações que ameacem a qualidade do produto ou serviço, ou a integridade patrimonial ou humana.

b) MULTA, nos seguintes casos:

I - Atraso injustificado na entrega das mercadorias ou início dos serviços: multa moratória de 3% por hora, calculada sobre o valor da respectiva Ordem de Serviço, até o limite de 5 (cinco) horas. Após este período, a conduta será convertida em inexecução total do objeto, cessando a contagem da multa moratória para aplicação exclusiva da multa compensatória prevista no item IV desta alínea.

II - Atraso injustificado na substituição dos produtos recusados pela fiscalização, multa moratória de 3% por hora de atraso, até o limite de 15%, aplicado sobre o montante inadimplido;

III - No caso de inexecução parcial, a multa compensatória aplicada será de até 30% sobre o quantitativo contratado e não fornecido;

IV - No caso de inexecução total, a multa compensatória aplicada será de até 30% sobre o quantitativo contratado.

§2º-A. Configurada a inexecução total nos termos do §3º, alínea "b", a multa compensatória de até 30% substituirá a multa moratória por atraso, vedada a aplicação cumulativa de ambas as penalidades sobre o mesmo período de mora, em observância ao princípio do *non bis in idem*.

§3º Poderá ser configurada a inexecução total do objeto quando:

- a) a entrega de percentual inferior a 40% do contratado, dentro do horário regular de entrega;
- b) houver atraso injustificado, para a entrega dos serviços, por mais de 5 (cinco) horas;
- c) outras hipóteses previstas neste instrumento e/ou na legislação;

§4º Além das multas previstas nos itens anteriores, o descumprimento das obrigações assumidas pela DETENTORA, previstas nesta Ata de Registro de Preços, será punido com penalidades

proporcionais à gravidade da infração, sem prejuízo de ressarcimento de danos causados ao Município e demais sanções previstas em lei. Poderão ser aplicadas multas, conforme graus e eventos descritos nas Tabelas 1 e 2 abaixo:

Tabela 1 – Valores das multas por gravidade das infrações

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1 - Leve	0,5%
2 - Média	1%
3 - Grave	2%

Tabela 2 – Classificação das infrações por gravidade

Item	Infração	Grau	Observações
1	Deixar de assinar, sem justa causa, aditivos contratuais no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o envio do documento	Leve	Penalidade por dia de atraso
2	Deixar de indicar preposto para representação contratual	Leve	Penalidade por dia de ausência
3	Descumprir prazos estabelecidos no contrato	Leve	Penalidade por dia de atraso
4	Executar serviços ou utilizar materiais em desconformidade com normas técnicas	Média	–
5	Não fornecer documentação exigida (ex.: notas fiscais, relatórios)	Média	–
6	Omitir ou caucionar o presente Contrato	Média	–
7	Limitar, impedir ou embaraçar a atuação da fiscalização	Média	–
8	Entregar serviços divergente do contratado	Grave	Sem prejuízo da substituição
9	Não reparar, corrigir, remover ou substituir serviços/materiais defeituosos dentro do prazo estipulado	Grave	–
10	Deixar de oferecer garantia mínima exigida para os serviços prestados	Grave	–
11	Não manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante a execução	Grave	–

Item	Infração	Grau	Observações
12	Ocasionar danos pessoais ou materiais a terceiros ou ao Município durante a execução	Grave	–

§5º Em observância aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, previstos no Art. 40 do Decreto Municipal nº 13.939/2025 , a autoridade poderá, de forma motivada, aplicar os percentuais de multa sobre o valor da Ordem de Serviço correspondente à infração , em substituição ao valor total registrado na Ata , desde que a conduta da DETENTORA não tenha resultado em dano direto ao erário, prejuízo à segurança dos participantes ou interrupção do evento.

§6º Caso o somatório de todas as multas aplicadas, ao longo da execução deste instrumento, ultrapassar o percentual de 20% sobre seu o valor total, será declarada a inexecução total desta Ata de Registro de Preços.

§7º As penalidades de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

§8º A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§9º Caberá recurso no prazo de 15 dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

§11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à DETENTORA observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

§12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

§13. Em caso de aplicação da penalidade de multa, a DETENTORA terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação, para realizar o pagamento, este não ocorrendo a importância será descontada automaticamente dos pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO, ou em não havendo créditos da DETENTORA, o valor será inscrito como dívida ativa.

§14. A contagem do prazo fluirá a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento, sendo considerado do prorrogado

até o primeiro dia útil seguinte se seu vencimento ocorrer no sábado, domingo ou feriado, quando não houver expediente administrativo no Tribunal ou, ainda, quando o expediente for encerrado antes do horário normal de funcionamento.

§15. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

§16. Após a aplicação da penalidade de multa moratória (por hora), caso o descumprimento da obrigação persista além do limite de 5 (cinco) horas, o MUNICÍPIO deverá converter a infração em inexecução total e poderá proceder à rescisão contratual imediata e ao cancelamento do registro da DETENTORA.

§17. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

§18. No caso da penalidade prevista se mostrar desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, de forma excepcional e justificadamente, reduzi-la, observando os demais critérios previstos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Desde que devidamente justificada a vantagem desta Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, esta poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§1º As aquisições ou as contratações adicionais de que trata esta cláusula não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens inicialmente registrados.

§2º O quantitativo decorrente das adesões a esta Ata de Registro dos Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item inicialmente registrado, independentemente do número de Órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de pleno direito, quando:

- a DETENTORA não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- a DETENTORA não cumprir os prazos estabelecidos sem justificativa aceita pela Administração, especialmente quando o atraso ultrapassar o limite de 5 (cinco) horas previsto nesta Ata;
- a DETENTORA der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente deste registro de preços;
- ocorrer inexecução total ou parcial de contrato decorrente desta Ata, configurando-se a inexecução total, inclusive, pelo atraso injustificado superior a 5 (cinco) horas;
- a DETENTORA não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
- por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

- constatação de que a DETENTORA perdeu as condições de habilitação/qualificação exigidas na licitação;
- a DETENTORA realizar a subcontratação dos objetos, quando não, expressamente, autorizado pelo MUNICÍPIO; e
- a DETENTORA seja declarada impedida de licitar e contratar, ou ainda, seja declarada inidônea.

§1º A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nos itens acima, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando os comprovantes aos autos que deram origem ao registro de preços.

§2º No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

§3º A solicitação da DETENTORA, para cancelamento dos preços registrados, deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – As PARTES observarão os preceitos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) para o cumprimento dos fins que se propõe a presente Ata de Registro de Preços, comprometendo-se a adotar as medidas técnicas e administrativas necessárias visando a proteção dos dados pessoais.

§1º As PARTES estão cientes que os dados pessoais tratados no âmbito da execução do objeto desta Ata de Registro de Preços deverão ser utilizados exclusivamente para as atividades necessárias a este fim, não podendo ser utilizados para fins alheios ao referido objeto.

§2º As PARTES comprometem-se a atuar, na presente Ata de Registro de Preços, em conformidade com os controles de Segurança da Informação mediante esforço razoável e adequado à legislação aplicável.

§3º Devido às complexidades e particularidades quanto ao tema da LGPD, as PARTES se comprometem a participar de procedimentos de “due diligence”/gestão de terceiros para demonstrar transparência, segurança, responsabilização e prestação de contas aos titulares de dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – As PARTES comprometem-se a registrar de forma estruturada todas as operações de tratamento de dados, avaliações e relatórios de impacto, inclusive as que envolvam atuações por terceiros, efetuadas em razão do objeto da presente Ata de Registro de Preços, cujas definições dos agentes de tratamento serão descritas no Registro de Atividade de Tratamento (RAT) e no Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – As PARTES se comprometem a manter o mais completo sigilo por si, por seus empregados, servidores e prepostos, nos termos da Lei de Acesso à Informação (LAI) - Lei nº 12.527/2011 e da LGPD, cujos teores declaram de seu inteiro conhecimento, todos os dados, informações e documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, compartilhados ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso em decorrência do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, ficando responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos das supracitadas Leis.

Parágrafo Único. As PARTES se comprometem a dar conhecimento aos seus prepostos que realizem atividades relacionadas ao objeto contratual, das obrigações acordadas nesta Ata de Registro de Preços, garantindo que o acesso somente seja concedido aos que estejam sob a obrigação de confidencialidade dos dados pessoais tratados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Em caso de subcontratação de qualquer atividade que importe tratamento de dados pessoais para o cumprimento do objeto contratual, a PARTE que subcontratar informará previamente a outra PARTE, que deverá anuir por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – As PARTES cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares em observância ao art. 18, da LGPD, bem como no cumprimento de obrigações judiciais e administrativas, para atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, órgãos de controle administrativo ou da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), fornecendo informações relevantes disponíveis e qualquer outra assistência para documentar e eliminar a causa e os riscos impostos por quaisquer violações de segurança verificadas na execução desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único. Se uma das PARTES receber uma solicitação do Titular relativa a um tratamento que não seja de sua responsabilidade, deverá notificar imediatamente a PARTE responsável para que adote as providências necessárias para atender a solicitação recebida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Integram este instrumento o Edital no Pregão na Forma Eletrônica nº 18/2026, seus anexos, em especial o Termo de Referência, e a proposta da DETENTORA para dirimir quaisquer dúvidas que possam existir.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Fica eleito o Foro da Comarca de Lajeado-RS para as questões resultantes desta Ata.

Gláucia Schumacher
MUNICÍPIO

.....
DETENTORA